



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

JANAINA CAVALCANTE DE MELO

**TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL: O CASO DO ACAMPAMENTO MARGARIDA
ALVES - MORENO/PE.**

RECIFE

2014

JANAINA CAVALCANTE DE MELO

**TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O CASO DO ACAMPAMENTO
MARGARIDA ALVES - MORENO/PE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial ao título de Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dra. Vicentina Ramires

RECIFE

2014

Ficha catalográfica

M528t Melo, Janaina Cavalcante de
Trabalho, relações de gênero e segurança alimentar e
nutricional: o caso do acampamento Margarida Alves –
Moreno/PE / Janaina Cavalcante de Melo. – Recife, 2014.
92 f. : il.

Orientadora: Vicentina Maria Ramires Borba.
Dissertação (Mestrado em Administração e
Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências
Humanas, Recife, 2014.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Segurança alimentar e nutricional 2. Relações de
gênero 3. Divisão sexual do trabalho I. Borba, Vicentina
Maria Ramires, orientadora II. Título

CDD 631.1

**TRABALHO DAS MULHERES RURAIS, RELAÇÕES DE GÊNERO E
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ACAMPAMENTO
MARGARIDA ALVES EM MORENO - PE**

Janaina Cavalcante de Melo

Orientadora: Prof^a. Dra. Vicentina Maria Ramires Borba

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Vicentina Maria Ramires Borba
Examinadora interna - orientadora (PADR/UFRPE)

Prof. Dr. André de Souza Melo
Examinador interno (PADR/UFRPE)

Prof^a. Dra. Laura Suzana Duque-Arazola
Examinadora externa (DCD/UFRPE)

Prof^a. Dra. Raquel de Aragão Uchôa Fernandes
Examinadora externa (DCD/UFRPE)

Recife
2014

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fortaleza e meu refúgio.

A minha orientadora, pelo apoio, esclarecimentos e sugestões na realização deste trabalho.

Ao meu noivo Gustavo, amigo e parceiro de todas as horas, pela compreensão, amor e carinho.

À professora Laura Duque-Arazola, pelas valorosas contribuições desde o momento da qualificação.

Aos Professores André Melo e Raquel Fernandes, por gentilmente aceitarem participar da minha banca.

Aos colegas de turma do PADR, pela parceria e momentos de descontração.

À amiga Michelle Maciel, pelo apoio, companheirismo e preciosa ajuda.

A Suely, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela atenção, disponibilidade e mediação nas primeiras visitas de campo.

A Lú Ribeiro, do Acampamento Margarida Alves, pelo acolhimento e atenção.

A todos/as os/as acampados/as, especialmente as mulheres da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves, que tanto contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural – PADR.

À Capes, pelo financiamento da pesquisa, que contribuiu para o encaminhamento e conclusão da mesma.

A todos/as que direta ou indiretamente contribuíram para o andamento da pesquisa.

Olha Brasília está florida
Estão chegando as decididas
Olha Brasília está florida
É o querer, é o querer das Margaridas

Somos de todos os novelos
De todo tipo de cabelo
Grandes, miúdas, bem erguidas
Somos nós as Margaridas

Nós que vem sempre suando
Este país alimentando
Tamos aqui para relembrar
Este país tem que mudar!

(Trecho do Canto das Margaridas).

RESUMO

O presente trabalho visa uma reflexão acerca das possíveis relações entre o trabalho de mulheres rurais e Segurança Alimentar e Nutricional. A questão-síntese do problema de pesquisa é a seguinte: Quais as contribuições do trabalho das mulheres da agricultura familiar para a Segurança Alimentar e Nutricional? Dessa forma, analisaremos como esse processo ocorre no contexto de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. O objetivo geral da pesquisa é analisar as contribuições do trabalho das mulheres na agricultura familiar para a Segurança Alimentar e Nutricional no Acampamento Margarida Alves, no município de Moreno – Pernambuco. Como objetivos específicos buscou-se: caracterizar a unidade produtiva familiar; traçar um perfil socioeconômico da família; identificar a participação da mulher no espaço de produção; avaliar a percepção que as mulheres têm do trabalho desenvolvido por elas; analisar as práticas e hábitos alimentares da família. Entre os procedimentos metodológicos utilizados pontuamos: revisão de literatura, visitas a campo, realização de entrevistas, análise de dados e registro fotográfico. Os resultados da presente pesquisa revelaram que, em geral, as mulheres estão presentes tanto no campo da produção, embora nem sempre sejam reconhecidas enquanto produtoras, quanto no âmbito doméstico, com a ressalva de que geralmente neste último realizam as atividades sem a colaboração dos homens, o que aponta para a reprodução das relações desiguais entre os gêneros e situações de exploração. Cabe ressaltar a importância de visibilizar e valorizar o papel produtivo e reprodutivo dessas mulheres, bem como sua contribuição principalmente nas questões relacionadas à alimentação das famílias, que, por conseguinte, têm papel preponderante na Segurança Alimentar e Nutricional da mesma.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT

This paper presents a reflection on the possible relationship between the work of rural women and food and nutrition security. The question-synthesis of the research problem is: What are the contributions of women's work in the family farm for Food Security and Nutrition? Thus, we analyze how this process occurs in the context of a settlement of the Landless Rural Workers Movement - MST. The overall objective of the research is to analyze the contributions of women's work in family agriculture for Food and Nutrition Security at Camp Margarida Alves, in the municipality of Moreno - Pernambuco. For Specific objectives we sought to characterize the family production unit; trace a socioeconomic profile of the family; identify women's participation in production space; evaluate the perception that women have of the work done by them; analyze practices and food habits of the family. Among the methodological procedures used we point: literature review, field visits, interviews, data analysis and photographic record. The results of this study revealed that, in general, women are present both in the field of production, although not always recognized as producers, domestically, specially, in this second case, usually perform activities without the collaboration of men, pointing to the reproduction of unequal gender relations and situations of exploitation. We highlight the importance of visualization and enhance the productive and reproductive role of these women as well as their contribution mainly on issues related to food for families that, therefore, have a key role in food and nutritional security of them.

Keywords: Food Security and Nutrition, Gender Relations and Sexual Division of Labor.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 – Microrregiões de Pernambuco e localização do município de Moreno	39
--	----

QUADROS

Quadro 01 – Comparativo entre acampamento e assentamento	52
Quadro 02 – Perfil das entrevistadas	60
Quadro 03 – Principais alimentos consumidos nas três principais refeições	75

FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Horta medicinal	46
Fotografia 02 – Casa de farinha	46
Fotografia 03 – Poço para consumo humano.....	54
Fotografia 04 – Poço para atividades diversas.....	55
Fotografia 05 – Escola Marinete Feliciano (vista exterior).....	55
Fotografia 06 – Escola Marinete Feliciano (vista interior).....	55
Fotografia 07 – Moradias dos acampados e acampadas	56
Fotografia 08 – Peças artesanais produzidas pelas mulheres da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margaridas Alves	57
Fotografia 09 – Peças artesanais produzidas pelas mulheres da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margaridas Alves	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BDE	Base de Dados de Estado de Pernambuco
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO	Organização nas Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PADR	Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – MULHERES RURAIS E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: BREVE DEBATE CONCEITUAL	17
CAPÍTULO II – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGROECOLOGIA	26
1. Segurança Alimentar e Nutricional: A evolução de um conceito	26
2. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e agricultura de base agroecológica.....	29
CAPÍTULO III - METODOLOGIA	37
a. Local e universo da pesquisa	39
b. Análise dos dados	40
CAPÍTULO IV – ACAMPAMENTO E ASSOCIAÇÃO MARGARIDA ALVES EM MORENO-PE: HISTÓRIA E PERFIL DAS MULHERES ASSOCIADAS	42
1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e gênero: Um pouco de história	42
2. Acampamento Margarida Alves em Moreno/PE: Caracterização geral.....	46
3. Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves: Perfil das mulheres.....	57
CAPÍTULO V – TRABALHO, GÊNERO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM OLHAR SOBRE AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E REPRODUTIVAS NO ACAMPAMENTO MARGARIDA ALVES EM MORENO- PE	65
1. Atividades produtivas e reprodutivas: Um diálogo com a segurança alimentar e nutricional	65

2. Práticas alimentares no acampamento Margarida Alves na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICE – Roteiro de Entrevistas	90

INTRODUÇÃO

Em quase todas as sociedades humanas é possível observar diferenciação e complementaridade de papéis entre homens e mulheres (BRUMER, 1996), mas essa diferenciação tende a hierarquizar o sexo masculino e diminuir o valor social da mulher, tanto em espaços considerados urbanos como rurais.

Para Carmem Silva e Ana Portella (2010, p.127), “as relações sociais estruturadas com base em sistemas de dominação e exploração se produzem e se reproduzem por meio de mecanismos simbólicos que sustentam as desigualdades”. No que concerne ao meio rural, a invisibilidade das mulheres como sujeitos da produção e da reprodução na agricultura familiar representa um mecanismo útil para perpetuar

as desigualdades de gênero. As mulheres são invisibilizadas pelos outros e dessa forma não são reconhecidas como sujeitos ativos nos processos produtivos.

Segundo Lígia Melo (2002), a concepção de que a mulher não faz parte do processo de trabalho da agricultura familiar está muitas vezes internalizada nas mentes dos homens, bem como das próprias mulheres. A família agrícola geralmente compreende que a mulher atua na condição de “ajudante” no processo produtivo, porque ela dedica poucas horas às tarefas agrícolas, devido à incumbência dos afazeres domésticos, e só realizam as atividades consideradas mais “leves”. Raimunda Mascena (2002, p. 131) salienta que:

...as mulheres são as que mais sofrem o processo de alienação do seu trabalho. Grande parte das trabalhadoras não tem acesso à terra, crédito, renda, tecnologia, assistência técnica; ficando a margem do processo de desenvolvimento e da cidadania. A realidade cotidiana das mulheres denuncia como a desigualdade de gênero está longe de ser superada no campo.

A agricultura familiar está sendo compreendida neste estudo segundo as concepções de Hugues Lamarche (1993), na qual os meios de produção e trabalho têm relações diretas com a família e desenvolvem um papel importante na produção de alimentos. É possivelmente um dos campos que melhor demonstra as diferentes manifestações de desigualdades em nosso país, como as de gênero e região, que, além de permear e dar forma à problemática da agricultura familiar e do

desenvolvimento no Brasil representa um desafio para uma reflexão além da esfera meramente econômica (SILVA e PORTELLA, 2010).

É na dinâmica da agricultura familiar que nos debruçamos para refletir e entender os papéis atribuídos principalmente às mulheres e seus desdobramentos na segurança alimentar e nutricional de famílias rurais, e para tanto se faz necessário destacar as múltiplas funções realizadas pelas mulheres no espaço rural, visto que, além de atividades agrícolas, elas desempenham também atividades relacionadas ao âmbito doméstico, conforme já explicitado, que incluem a preparação de alimentos, limpeza da casa, cuidado com os membros da família, entre outras, e que se relacionam intimamente com a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN.

Embora a segurança alimentar e nutricional seja geralmente associada apenas ao problema da fome, uma mazela da sociedade, seu conceito é bem mais abrangente e complexo. No Brasil o conceito apresentado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, Lei nº 11.346/2006 perpassa pelo direito de todos/as a uma alimentação saudável, com qualidade, regularidade e em quantidades suficientes para suprir suas necessidades vitais e sem comprometer outras necessidades, além de envolver a dimensão ambiental, visto que os alimentos devem ser produzidos através de práticas sustentáveis, respeitando-se as tradições culturais locais.

Dentro da amplitude do tema, Miryam Belo e Mônica Molina (2009), ressaltam que a concentração da renda e da terra são as principais causas da fome e da insegurança alimentar. De acordo com as autoras:

Não podemos dissociar a política de Estado de garantia da segurança alimentar da reforma agrária, e esta deve estar relacionada não apenas com o acesso à terra, mas com um processo que garanta crédito, infraestrutura, assistência técnica, social e ambiental para que se possam discutir os meios de produção e sustentação dessas áreas e desse povo (BELO e MOLINA, 2009, p.109).

Vários são os movimentos de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutam pela reforma agrária¹ e por condições de vida mais

¹ De acordo com o Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64), considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

dignas no campo. Entre estes movimentos se destacam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a Marcha das Margaridas que já somam várias conquistas, sendo este último uma ação de mulheres do campo e da floresta que busca principalmente visibilidade e reconhecimento social e político para as mulheres, e que recentemente incluiu a temática soberania² e segurança alimentar como um dos eixos de reivindicação.

Outro tema que consta na pauta da Marcha das Margaridas é a agroecologia. Na concepção de Fátima Saraiva (2009, p.213), a produção agroecológica de alimentos é uma demanda urgente no planeta, evidenciada por indicadores socioambientais e econômicos. Faz parte das políticas de fomento à agricultura familiar no Brasil, mediante incentivo à transição agroecológica.

Outro aspecto importante é destacado por Emma Silliprandi (2009) ao afirmar que em muitos casos são as mulheres quem iniciam a “conversão” da propriedade para sistemas sustentáveis, por estarem mais envolvidas com atividades ligadas a saúde e alimentação das famílias.

Expostos esses pontos, uma questão suscitou-nos interesse em uma maior investigação: Quais as contribuições do trabalho das mulheres da agricultura familiar para a Segurança Alimentar e Nutricional? A partir disso, analisaremos como esse processo ocorre no contexto de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Desse modo este trabalho visa demonstrar a relevância do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres acampadas a partir das concepções relações sociais de gênero. Além disto, buscou-se destacar a importância do trabalho dessas mulheres para a segurança alimentar de seus grupos familiares.

A análise que se pretende desenvolver aborda o trabalho como categoria analítica sob o enfoque da divisão sexual do trabalho, mais especificamente no meio rural, destacando como se dá a inserção das mulheres nos espaços produtivos e reprodutivos. Considerando a agricultura familiar como forma social predominante no acampamento, pretende-se também destacar a produção agrícola para

² A soberania alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, 2001 apud MALUF, 2009, p. 23)

autoconsumo e sua relação com os princípios da segurança alimentar das famílias envolvidas e com o trabalho desenvolvido pelas mulheres acampadas.

O objetivo geral da pesquisa é analisar as contribuições do trabalho das mulheres na agricultura familiar para a Segurança Alimentar e Nutricional no Acampamento Margarida Alves, no município de Moreno – Pernambuco, por representar um espaço de luta, não apenas por terras, mas por condições dignas de vida, por suas características organizacionais e pelas, além de estar esse espaço inserido no contexto da sociedade patriarcal e sexista, revelando-se, por conseguinte, como um bom campo de estudos. Os objetivos específicos são os seguintes: a) Caracterizar a unidade produtiva familiar nesse acampamento; b) traçar um perfil socioeconômico da família; c) identificar a participação da mulher/agricultora no espaço de produção do acampamento; d) avaliar a percepção que as mulheres/agricultoras têm do trabalho desenvolvido por elas e e) analisar as práticas e hábitos alimentares da família.

Assim a presente proposta se justifica e é motivada por possibilitar uma análise integrada entre o trabalho das mulheres agricultoras e seu reflexo na Segurança Alimentar e Nutricional, ressaltando também a importância das práticas agroecológicas na produção de agricultores familiares. Ademais, coloca-se a possibilidade de novos desdobramentos de estudos, perspectivas e desafios, no que se refere ao trabalho da mulher na agricultura e a segurança alimentar e nutricional, dentro do contexto atual em que a equidade de gênero, o Direito Humano a Alimentação - DHAA e sustentabilidade estão em pauta nos mais diversos espaços de discussões.

As partes que compõem a presente pesquisa foram sistematizadas em cinco capítulos além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta um breve debate conceitual sobre as mulheres no meio rural e a divisão sexual do trabalho. O capítulo dois aborda a evolução do conceito de segurança alimentar e nutricional no mundo e no Brasil, destacando os sistemas produtivos de base agroecológica. Esses dois capítulos estabeleceram o referencial teórico principal que serviu de base para o desenvolvimento do estudo.

O capítulo três descreve a metodologia desenvolvida na pesquisa e seus fundamentos, discorrendo sobre universo e amostra da pesquisa, bem como as técnicas utilizadas para a realização da coleta e análise de dados. O capítulo seguinte contém uma caracterização e histórico do Acampamento Margarida Alves e

o perfil das mulheres da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves que compõem a amostra da pesquisa, além de uma análise sobre as práticas alimentares das famílias na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

O quinto capítulo apresenta os resultados e análises referentes às atividades produtivas e reprodutivas, relações de gênero e Segurança Alimentar e Nutricional, e, por fim, as considerações finais sintetizam alguns elementos referentes aos objetivos da pesquisa, bem como pontos ainda não abordados na pesquisa e outros desdobramentos.

CAPÍTULO I

MULHERES RURAIS E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: BREVE DEBATE CONCEITUAL

Ao longo do tempo ocorreram várias mudanças no mundo do trabalho, tanto no meio rural quanto no meio urbano, e muitas perpassam pelas relações de gênero. Entender as dinâmicas dessas relações é fundamental para melhor vislumbrar melhor alguns aspectos dessas transformações, principalmente no que diz respeito ao trabalho das mulheres.

As discussões relacionadas à questão de gênero visam relações mais igualitárias, diante das desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres, as quais quase sempre são desfavoráveis à mulher e constituem um vasto campo para reflexões.

Segundo Renata Costa, Clara Silveira e Maria Madeira (2012), a compreensão das relações de gênero transcorre por várias conceituações e estudos que envolvem diferentes elementos, dos quais podemos destacar a construção de papéis masculinos e femininos, o aprendizado desses papéis, que forma a identidade dos sujeitos, a sexualidade e questões que relacionam gênero e poder, as quais evidenciam que a subordinação feminina não é “natural”, estática e imutável. Para as referidas autoras, ao longo do tempo histórico percebe-se que as identidades são plurais, diversas e se transformam. Dessa forma, vai se compreendendo gênero como conceito relacional, no sentido de pertencer às relações sociais entre os sujeitos e um modo de significar as relações de poder.

Para Joan Scott (1995, p.86), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Nessa perspectiva a autora reflete sobre os significados culturalmente construídos de forma hierárquica para essas diferenças.

Para Graciete Santos e Cristina Buarque (2006), o conceito de gênero permite um melhor entendimento acerca das desigualdades econômicas, políticas e sociais existentes entre homens e mulheres, no sentido de que tais diferenças não são apenas biológicas, mas construções resultantes das relações sociais, e não apenas entre pessoas, bem como das pessoas com a Natureza, no processo de

desenvolvimento de cada sociedade. Eulália Azevedo (2006), no entanto, ressalta que a construção social de gênero não se apresenta uniformemente no tempo e no espaço, pois está relacionada aos costumes, às experiências pessoais, às leis, às religiões, à forma como se organizam as famílias, à vida política de cada povo ao longo da história. Nesse sentido, as relações e representações de gênero variam, portanto, de um povo para outro.

De acordo com Lígia Melo (2010), o interesse em diminuir as diferenças sociais estabelecidas entre os sexos ganha maiores dimensões nas duas últimas décadas do século XX. No Brasil, é crescente o número de estudos sobre a temática que envolve a mulher. As produções científicas têm revelado as múltiplas relações sociais desiguais entre homens e mulheres. Apesar disso, é necessário ainda ampliar e aprofundar o tema, principalmente no âmbito rural em que a questão é menos abordada, quando comparada ao espaço urbano.

De acordo com Michelle Perrot (2007, p. 110), as mulheres camponesas, as quais “são as mais silenciosas das mulheres”, inseridas na hierarquia de sociedades patriarcais, se fundem com a família e com atividades diversas do cotidiano de uma vida rural, e assim, são poucas as que emergem do grupo.

Ainda nas reflexões da autora, a mulher camponesa é ocupada e preocupada em vestir e alimentar os seus, e, a partir do momento em que o campo se abriu para o mercado, preocupa-se também com um possível complemento da renda familiar.

Nilce Panzutti (2006) ressalta a invisibilidade e indissociabilidade nas unidades familiares de produção, em que o trabalho feminino é concebido apenas como complementar, acessório e considerado como “ajuda”. A autora afirma que essa concepção de divisão sexual do trabalho tem bases culturais, ou seja, construiu-se basicamente que o homem tem a função de provedor, e cabem à mulher as obrigações maternas e domésticas. É importante destacar que o mesmo também pode ocorrer no meio urbano.

Corroborando com essa perspectiva, para Danièle Kergoat (2009), existe na sociedade uma hierarquia de valores e poder, na qual o trabalho de homem vale mais que o trabalho de mulher. Para Andrea Butto (2011, p.14), “o trabalho das mulheres rurais é considerado como uma mera extensão dos cuidados dos filhos e dos demais membros das famílias, um trabalho concebido como uma ajuda”.

Para Maria Pena (1981), o trabalho doméstico se diferencia de outros trabalhos em uma sociedade, entre outros motivos, por ser privado, confundindo-se

com o papel da mulher na família. Ela traz outra perspectiva de análise, ao trazer para discussão o viés do trabalho doméstico como parte do capitalismo, embora seu desempenho ocorra fora das relações capitalistas de produção.

De acordo com a mesma autora, a roupa lavada, a comida, a participação em reuniões escolares dos/as filhos/as são atividades que não são produzidas para o mercado, as quais não geram para quem as realiza nenhuma remuneração, a não ser, possivelmente apenas status ou reconhecimento social. Destarte, são produzidos para satisfazer necessidades diretas de quem às produz, e de sua família, sendo, nesse sentido, o trabalho doméstico configurado como produção privada.

Outro aspecto a ressaltar é que todas as “donas de casa” desempenham atividades bem semelhantes e o fazem isoladamente, e quando recebem ajuda, geralmente são de outras mulheres. Apesar disso, o trabalho ainda não se apresenta de forma dividida, de modo que promova um aumento da produtividade, como acontece na produção pública (PENA, 1981).

A organização do trabalho doméstico, seu ritmo e sucessão estão sobre controle direto da mulher, ou seja, da dona de casa, e não sob o domínio direto de um capitalista. Para essas mulheres, é muito difícil distinguir entre trabalho e lazer, pois essas são categorias válidas para o trabalho assalariado, ou seja, aquele realizado fora da casa. Cumpre salientar que, embora não produzindo mercadorias, o trabalho doméstico produz valores de uso que fazem parte do consumo da família (PENA, 1981), bem como produz e reproduz a força de trabalho humano.

De acordo com Michelle Perrot (2007), o trabalho doméstico, embora fundamental na vida das sociedades, tendo em vista que proporciona seu funcionamento e reprodução, torna-se um fardo para as mulheres, pois recai sobre elas a realização do mesmo. Isso reflete também na sua identidade, pois a dona-de-casa perfeita representa modelo de boa educação, tornando-se objeto de desejo para os homens e obsessão para as mulheres.

O trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias. Praticamente, nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. Ele é invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constantes. É um trabalho que parece continuar o mesmo desde a origem dos

tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais (PERROT 2007, p.115).

Nessa perspectiva observa-se que o trabalho das mulheres, seja no campo ou no âmbito doméstico, é invisibilizado, pois, além de não haver uma remuneração, não se tem a valorização e reconhecimento da contribuição delas para a segurança alimentar de suas famílias. Michelle Perrot (2007, p.109) destaca que:

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível. Nem sempre as mulheres exerceram ofícios reconhecidos, que trouxessem remuneração. Não passavam de ajudantes de seus maridos, no artesanato, na feira ou na loja.

Izaura Fischer (2010) salienta que nessa divisão sexual do trabalho na qual concerne ao homem o exercício da produção e à mulher o da reprodução, ou seja, se ideologicamente esses espaços são separados, a prática das mulheres rurais se apresenta de forma diferenciada, justamente porque também participam do espaço da produção. Apesar disso, o trabalho na roça se funde ao doméstico, considerado não-trabalho, e acaba sendo visto como extensão das atribuições de mãe, de esposa e dona-de-casa que não são compartilhadas com os homens. A mesma autora acrescenta ainda que:

A trajetória de vida da mulher retrata a vanguarda da produção alimentar, na condição de subordinada ao homem e sem a representação social de sua participação efetiva. Conforme as regras morais, tem como obrigação social cuidar dos filhos, dos animais de pequeno porte, da lavoura em pequena escala e administrar a casa, sem acesso a qualquer recurso financeiro. Entretanto, as atividades que envolvem decisão e dinheiro são tradicionalmente assumidas pelo homem (FISCHER, 2010, p.193).

Nesse sentido assumem uma diversidade continuada de tarefas, principalmente voltadas para a reprodução da força de trabalho necessária às atividades produtivas propriamente ditas, as quais são consideradas próprias das mulheres. Sendo hierárquica essa divisão do trabalho, ela se estende sobre a gestão da unidade produtiva. As relações de poder entre as diferentes pessoas que trabalham também são hierárquicas, com maior prejuízo para as mulheres, evidenciando que a gestão da produção não é igualitária ou compartilhada. As

decisões sobre produção, comercialização e, muitas vezes, sobre o consumo são na maioria das vezes masculinas e centradas no homem adulto, nesse caso, o chefe da família (SILVA e PORTELLA, 2010).

Segundo Maria Ávila (2002), a realização das tarefas relativas à reprodução, entendida pela autora como sendo o processo de procriação, manutenção e desenvolvimento dos seres humanos, sendo parte natural do cotidiano de responsabilidade das mulheres, no contexto de uma dinâmica que está implícita na concepção tradicional do feminino associado às mulheres, muitas vezes chega a ser questionada e alterada, mas ainda não superada.

[...] O trabalho doméstico, base material de sustentação das necessidades cotidianas, é, nessa forma de organização social, inteiramente destituído de valor social. Essa concepção ainda é dominante nas instâncias de poder responsáveis pela produção de políticas públicas e de normas que regulam as relações sociais (ÁVILA, 2002, p.42).

Cecília Toledo (2001) apresenta análises sobre o tema numa outra perspectiva. Ela analisa a entrada da mulher no mercado de trabalho a partir da Revolução Industrial entre 1770 e 1830, que refletiu na situação da mulher em todas as classes. A autora afirma que as operárias, apesar de continuarem responsáveis pelo trabalho doméstico, na prática eram forçadas a abandonar o lar, o que gerou, entre outras consequências, o aumento da mortalidade infantil, porque as mulheres não tinham tempo de amamentar os filhos, pois eram chamadas ao trabalho de dez a 15 dias após o parto. Cecília Toledo resgata outros elementos nesse processo, que incluiu também as diferenças de classe, no caso, entre as mulheres burguesas e operárias, para, ao final, revelar um quadro que foi de exploração e de péssimas condições de trabalho, e então destacar que, embora os tempos sejam outros, a situação ainda não foi superada.

O trabalho fora de casa, se por um lado significou o início de sua libertação, já que unificou a mulher à classe operária e lhe deu assim, as ferramentas para lutar contra o capital e por sua emancipação, por outro lado impôs a ela a duplicação da jornada de

trabalho e, com isso, a duplicação de sua alienação³ enquanto trabalhadora, já que a mulher não é uma na fábrica, e outra em casa; ela é um ser único, que exerce essas duas funções sociais (TOLEDO, 2001, p.41).

O destaque para esse trecho da autora é para reafirmar que entre avanços ainda há entraves no que se refere aos diversos papéis que as mulheres assumem em seu cotidiano, como o de mãe, esposa e trabalhadora, o que muitas vezes resulta em situações de exploração, subvalorização e invisibilização do seu trabalho, seja na cidade ou no campo.

Emma Silliprandi (2011) ressalta que na condição de assalariadas, as mulheres ocupam trabalhos mais precários, instáveis e que não oferecem garantias legais, e sua remuneração é inferior à dos homens. A elas são designadas as tarefas mais rotineiras e que requerem maior atenção e estão sempre sendo vigiadas, pois devem manter-se obedientes. Suas habilidades e especializações são utilizadas, mas sem haver o pagamento apropriado, em razão da “naturalização”, ou seja, são consideradas inerentes à sua condição feminina. O trabalho desenvolvido por elas é considerado “leve” e sua renda é vista como complementar ao que ganham os homens, o que se configura como uma situação de exploração, por sua condição de gênero.

Como salienta Ana Portella (2001), as atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito da esfera privada eram e ainda permanecem desvalorizadas, e por isso, invisibilizadas. Dessa forma, por séculos conviveu-se com a premissa de que as mulheres eram seres que não trabalhavam e que a vida doméstica significava, nas palavras da autora, “um eterno nada fazer”. Essa invisibilidade do trabalho doméstico, aliada à menor valorização do trabalho feminino, acaba por refletir em todas as esferas nas quais as mulheres desempenham atividades. A autora sinaliza ainda que a partir da reprodução e da sexualidade emergia-se um expressivo volume de trabalho, que, em suma, era estruturador da própria vida em sociedade.

³ Cecília Toledo (2001, p.46) compreende que a relação homem com a mulher, no capitalismo, se dá entre dois seres alienados. Ele toma a mulher como propriedade, como mercadoria, como serva, e ela o toma como seu patrão, seu dono. Enquanto dona de casa ela não é dona de mais nada. [...]. Assim o seu é trabalho alienado em si mesmo, já que nem mercadoria produz. Seu resultado não é concretizado em coisas palpáveis que possam se contrapor à mulher enquanto trabalhadora doméstica. Ela se anula em objetos não visíveis.

Nesse sentido a discussão sobre a desvalorização e invisibilidade do trabalho da mulher, principalmente no espaço doméstico, revela-se bastante complexa. Trazendo essa reflexão para o campo da SAN, conduzimo-nos a pensar sobre a participação da mulher na cadeia alimentar com destaque para a esfera privada.

De acordo com Maria Silva e Laura Duque-Arrazola (2006), as mulheres urbanas e rurais das mais diversas categorias, assalariadas, pescadoras, autônomas, profissionais e donas de casa, sempre foram apontadas socialmente como fundamentais na cadeia alimentar, seja no âmbito doméstico familiar ou nos espaços públicos do trabalho, onde também produzem refeições ou alimentos. Elas transformam cotidianamente o cru em cozido, principalmente as mais desfavorecidas economicamente, seja em seus próprios lares, em serviços de alimentação, como empregadas domésticas ou mesmo como donas do próprio negócio. As autoras acrescentam que, além disso, as mulheres têm participação na cadeia alimentar porque produzem os produtos *in natura* e industrializados que serão transformados em alimentos, seja como trabalhadoras assalariadas ou não, na agricultura, na pesca e na indústria alimentar.

Segundo Maria Silva e Laura Duque-Arrazola (2006), apesar de serem reconhecidas pela ideologia de gênero como produtoras de alimentos – visto que socialmente são elas as responsáveis por sua elaboração mediante a “determinação” biológica de seu corpo sexuado com a maternidade, e desse modo naturalizou-se como sendo de responsabilidade das mulheres os cuidados da reprodução e alimentação dos diferentes membros da família, elas não são reconhecidas como produtoras agrícolas familiares e da pesca artesanal, nem da produção industrial, quando aparecem apenas como ajudante do marido/pai/irmão/filho, que é o provedor, ou complementando a renda familiar. Da mesma forma, o trabalho doméstico e o trabalho ligado aos cuidados da reprodução desenvolvidos pelas mulheres, incluindo a preparação dos alimentos, não são reconhecidos e valorizados como trabalho.

Renato Maluf (2009) é categórico ao afirmar que as desigualdades de gênero manifestadas nas questões relacionadas com a SAN resultam da desigualdade de acesso e controle dos recursos, sendo necessário enfrentar os temas relacionados a gênero e reconhecer as múltiplas atribuições das mulheres e seu papel essencial e, geralmente, predominante na produção ou obtenção, preparação e partição dos alimentos entre os membros da família. Na concepção do autor, essas atribuições

tornam o consumo de alimento uma das formas de introdução para a percepção sobre questões de gênero na SAN. Segundo Le Bihan et al (2004), citado por Maluf (2009), muitos autores já reconhecem e colocam a mulher como vínculo essencial, seja no plano biológico ou mesmo no social e econômico, principalmente na SAN doméstica.

A partir das considerações até então expostas pelos autores/as já mencionados, observamos que, embora não se reconheça a importância do trabalho das mulheres no âmbito privado, principalmente ao que se refere aos cuidados com a alimentação do grupo familiar, é evidente sua contribuição para a segurança alimentar desse grupo, visto que são elas as principais responsáveis por esta atividade e muitas vezes estão envolvidas nas etapas que vão do plantio, passando pela colheita, até o processamento desses alimentos, para então serem consumidos.

Além dos aspectos já tratados, há outros elementos constitutivos das desigualdades vivenciadas, principalmente, pelas mulheres rurais. Fazendo um recorte e analisando a agricultura familiar, segundo Andréa Butto e Carla Hora (2008), esta se constitui em alternativa ao atual modelo agrícola hegemônico pela agricultura patronal, que guarda muitos conflitos internos, configurando uma hierarquia entre os sexos, que se expressam mais fortemente no acesso aos recursos econômicos.

No caso de agricultoras familiares, essas têm menor acesso a terra, bem como aos instrumentos de produção. Também não recebem remuneração por seu trabalho, pois seus resultados são somados à renda da família, sobre a qual geralmente não decidem diretamente. Apesar de as mulheres contribuírem como força de trabalho nas lavouras e criações e ainda nas atividades de manutenção da família, não têm poder decisório sobre aspectos produtivos e nem sobre a comercialização dos produtos produzidos na unidade familiar (SILLIPRANDI, 2011).

Embora esta situação esteja mudando lentamente no campo, com a conquista de alguns direitos, como aposentadoria e outros benefícios sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família recebidos diretamente pelas mulheres, atrelados ao avanço que vem ocorrendo referente às discussões sobre a necessidade de se garantir às mulheres autonomia econômica, o que vem sendo proposto por vários movimentos sociais, isso não é regra na agricultura familiar (SILLIPRANDI, 2011).

Andréa Butto e Carla Hora (2008) apontam que o escasso acesso das mulheres à propriedade e aos recursos econômicos é uma realidade em todo o mundo. Segundo as autoras, estimativas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO revelam que apenas 1% da propriedade no mundo encontra-se em poder das mulheres. Ao que se refere aos Estados nacionais, muitos não dispõem de estatísticas oficiais relativas ao sexo dos/as proprietários/as, o que se observa geralmente é que o acesso à terra está condicionado a condição civil das mulheres e à sua posição na família. O direito à terra e o controle da propriedade reflete nas relações estabelecidas entre homens e mulheres por ampliar o grau de autonomia delas.

As mesmas autoras mencionam a reprodução da lógica de exclusão adotada pelos Estados nacionais ao tomar como unidade de referência e de ação o grupo familiar, especificamente ao eleger o “chefe da família” como interlocutor. Para Andréa Butto e Carla Hora (2008), isso se reflete nitidamente na questão da reforma agrária. Não se percebe as manifestações diferenciadas nos grupos sociais, nos homens e nas mulheres. O mesmo ocorre com os demais direitos econômicos, como o acesso à assistência técnica, ao crédito, a mercados para comercializar os excedentes da produção familiar ou comunitária.

Outro aspecto relevante são as precárias condições de trabalho geralmente encontradas no meio rural, o que representa uma série de dificuldades na vida cotidiana das pessoas que vivem no campo, como a falta de infra-estrutura, de acesso à água (que dificulta também a realização de algumas tarefas domésticas), de saneamento, estradas, transporte, escolas e postos de saúde (SILLIPRANDI, 2011). Todos esses elementos refletem diretamente na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias que vivem no campo, conforme trataremos no próximo item.

CAPÍTULO II

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGROECOLOGIA

1. Segurança Alimentar e Nutricional: A evolução de um conceito

O termo Segurança Alimentar emerge inicialmente na Idade Média, voltando a ser utilizado na Europa no período da Primeira Guerra Mundial (entre 1914 e 1918). Nesse período o conceito estava intimamente relacionado à capacidade de produção de alimentos de cada país, com o objetivo de não ficar vulnerável aos possíveis embargos ou boicotes por razões políticas ou militares (VALENTE et al, 2007; BURITY et al, 2010).

Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o conceito ressurgiu a partir da constituição da Organização das Nações Unidas - ONU, em 1945, em meio a discussões entre instituições que entendiam o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO. Já outras organizações, como o Fundo Monetário Internacional – FMI, entendiam que a segurança alimentar poderia ser garantida por mecanismos de mercado (BURITY et al, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, havia o entendimento de que a insegurança alimentar decorria da produção insuficiente de alimentos nos países pobres, como alternativa para maximizar a produção de alguns alimentos, a partir do uso de novas variedades genéticas e insumos químicos, surge a chamada Revolução Verde (BURITY et al, 2010). De acordo com Adilson Alves (2008), a Revolução Verde é um sistema altamente dependente de insumos externos, que privilegia a monocultura como forma de potencializar o uso dos recursos econômicos. A Revolução Verde trouxe um conjunto de aparatos tecnológicos e conhecimentos aumentando consideravelmente a produção alimentar.

Durante a década de 70, ainda permeava o pensamento de que era necessário estocar alimentos visando à autossuficiência dos países e sua capacidade de produção. O tema da fome volta a ser destaque quando a crise da escassez de alimentos de 1972 a 1974 passou a assustar o mundo e, assim, na 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar, em 1974, é ratificada a ligação entre a segurança alimentar e a produção agrícola, supondo-se que esta última resolveria

os problemas da fome e da desnutrição. Contudo, mais do que a disponibilidade de alimentos está a capacidade de acesso pelos povos, sendo esta uma questão fundamental quando se trata de segurança alimentar (ROSA, 2004; MANIGLIA, 2009).

Nesse sentido, como explica Elisabete Maniglia (2009), a segurança alimentar era compreendida como uma política de armazenamento e de oferta segura e adequada de alimentos e não estava ligada ao direito do ser humano a ter acesso a uma alimentação saudável, pois o enfoque era o alimento e não no ser humano. No final da década de 1970, com o aumento da produção de alimentos, a situação da fome e desnutrição passou a ser vista como um problema mais de acesso do que de produção.

Ressaltando essa perspectiva, Flávio Valente (2002) destaca que, a partir de 1983, o conceito evoluiu para incorporar questões de oferta estável e adequada de alimentos, bem como a garantia do acesso e da qualidade, reafirmando a necessidade da redistribuição dos recursos materiais, da renda e de redução de pobreza como fundamentais para a garantia da segurança alimentar.

A partir de 1990, houve a inclusão de outras noções ao conceito de segurança alimentar, tais como: alimento seguro, ou seja, livre de contaminação biológica ou química; qualidade do alimento, nos aspectos nutricionais, biológicos, sanitários e tecnológicos; balanceamento da dieta, informação e opções culturais, considerando os hábitos alimentares da população-alvo das políticas públicas (HIRAI e ANJOS, 2007).

No ano de 1992, por ocasião da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma e promovida em conjunto pela FAO e Organização Mundial da Saúde (OMS), essa concepção foi consolidada e incorporou-se o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, passando a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional. Posteriormente, a segurança alimentar passou a ser entendida também como um direito humano básico à alimentação e nutrição (VALENTE, 1997 apud BURITY et al, 2010; MANIGLIA, 2009).

De acordo com Elisabete Maniglia (2009), esse direito deve ser garantido por políticas públicas, e ressalta que o sentido público deve ser entendido por uma esfera em que atuem tanto agentes públicos como privados. Para a autora, é papel do Estado proteger esses direitos diante de ameaças como quebras de produção, catástrofes naturais, desemprego, entre outras. A autora complementa sua reflexão

destacando a importância da participação ativa da sociedade civil por meio de suas organizações. Corroborando com esta concepção, Renato Maluf (2009, p. 20) destaca que “o direito à alimentação deve ser assegurado por meio de políticas de SAN, por sua vez, por sua vez, uma responsabilidade do Estado e da sociedade sobre a qual pesam obrigações frente a normas legais universais.” O autor acrescenta ainda que:

“A noção de SAN inscreve-se no campo do direito de todo cidadão e cidadã de estar seguro(a) em relação aos alimentos e à alimentação nos aspectos da suficiência (proteção contra a fome e a desnutrição), qualidade (prevenção de males associados com a alimentação) e adequação (apropriação às circunstâncias sociais, ambientais e culturais) (MALUF, 2009, p.20).

Anos depois, em 1996, realizou-se nova Conferência Mundial da Alimentação, que reafirmou o direito de todos/as ao acesso a alimentos seguros e nutritivos. Participaram dessa Conferência Chefes de Estado e membros de governo que se comprometeram em desempenhar esforços permanentes a fim de erradicar a fome em todos os países. Foi proposta como meta a redução pela metade do número de pessoas subnutridas e a erradicação da fome até 2015. Diante dos atrasos no cumprimento dos objetivos traçados, no início de 2002 a FAO organizou uma nova Conferência com o nome de “Cúpula + 5”, com o principal objetivo de obter dos governos uma reafirmação de seu compromisso com relação à realização das metas iniciais, as quais estavam muito distantes de serem cumpridas (ORTEGA et al., 2007; HIRAI e ANJOS, 2007).

Para Elisabete Maniglia (2009), embora o compromisso firmado tenha sido significativo, as providências tomadas ficaram a desejar diante do que seria necessário para reduzir efetivamente os níveis de fome e insegurança alimentar no mundo. De positivo, ficou evidente que a questão da insegurança alimentar decorre de uma situação de miséria, e que, para aqueles que não podem ter uma alimentação adequada, deve-se viabilizar o acesso aos recursos produtivos.

Desse cenário emergem outros elementos, conforme ressalta Valter Belik (2003), ao afirmar que ainda em 1996 os temas como soberania e sustentabilidades alimentares começam a se destacar. A soberania alimentar atribui grande mérito à preservação da cultura e aos hábitos alimentares de um país, e, além desse aspecto, o conceito de soberania alimentar, segundo Valéria Burity et al (2010),

defende que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos e, nesse sentido:

A soberania alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...] (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, 2001 apud MALUF, 2009, p. 23)

É por meio das políticas de SAN e soberania alimentar, articuladas a outros programas e políticas públicas, que o Estado deve respeitar, proteger, promover e prover o DHAA, ressaltando que este é um direito de todos e todas e se constitui não só como obrigação do poder público, mas é também responsabilidade de toda a sociedade organizada (BURITY et al, 2010).

Para Valter Belik (2003), ao que se refere à sustentabilidade alimentar, esta incorpora conceitos ligados à preservação do meio ambiente, a não utilização de agrotóxicos, bem como a produção extensiva em monoculturas.

Miguel Altieri (2012) afirma que o conceito de sustentabilidade, embora suscite muita discussão, é motivo também de certo consenso acerca da necessidade de se proporem maiores ajustes na agricultura convencional de modo a torná-la mais viável e compatível sob o ponto de vista ambiental, social e econômico.

2. Segurança Alimentar e Nutricional e agricultura de base agroecológica no Brasil

No Brasil a construção do conceito de segurança alimentar e nutricional já vem sendo discutida há pelo menos duas décadas e vem sofrendo alterações em função da história da população e das sociedades, estando esse conceito intimamente ligado às lutas da população contra a fome, a favor da democratização social e pela construção de um país com mais equidade e justiça social e econômica (VALENTE et al, 2007).

Flávio Valente et al (2007) afirmam que a história da sociedade no Brasil tem sido de luta contra a fome e distúrbios nutricionais, que atingem grande parte da

população, e isso tem se dado nas lutas cotidianas por sobrevivência, por meio de movimentos sociais organizados ou mesmo através de esforços acadêmicos e de profissionais que atuam na área.

Apesar de não ser uma discussão tão recente, o conceito vem se construindo ao longo das décadas e, com o passar do tempo, o termo Segurança Alimentar passou a abordar a questão do direito e do acesso aos alimentos, a regularidade, a qualidade, a quantidade e as práticas que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

De acordo com Valéria Burity et al (2010) e Flávio Valente (2002), em 1986, durante a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição foi proposto o conceito de segurança alimentar consolidado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar em 1994, que, com base nos debates nesse período, construiu-se o conceito brasileiro, qual seja:

“Segurança alimentar e nutricional consiste em garantir a todos de condições de acesso a alimentos básicos seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana” (VALENTE, 2002, p.48).

A referida autora destaca que este entendimento articula duas dimensões: a Alimentar e a Nutricional. A primeira se refere aos processos de disponibilidade, nesse caso a produção, comercialização e acesso ao alimento, e a segunda relacionada a escolha, preparo, consumo dos alimentos e sua relação com a utilização biológica do mesmo e a saúde.

Segundo Elisabete Maniglia (2009, p.159), ainda nesta Conferência foi apontada a concentração de renda e de terra como fatores determinantes da fome e da miséria no país. Foram destacadas também algumas diretrizes para as políticas públicas, definidas em três eixos:

- ✓ Eixo I: Reduzir o custo dos alimentos e seu peso no orçamento familiar.
- ✓ Eixo II: Assegurar saúde, alimentação e nutrição a grupos populacionais determinados.

- ✓ Eixo III: Assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.

Para Flávio Valente (2002), a partir dessa Conferência se firmou o entendimento da necessidade de se garantir a segurança alimentar e nutricional de todos e o seu reconhecimento como um dos eixos fundamentais para uma estratégia de desenvolvimento social para o país. Nesse sentido, o autor reforça a necessidade de uma parceria efetiva entre governo e sociedade civil e complementaridade de ações.

De acordo com Valéria Burity (2010), durante a II Conferencial Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 2004, o conceito que até então era adotado sofreu ajustes. Dessa forma o conceito que passa a ser adotado no Brasil, segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, Lei nº 11.346/2006 é o seguinte:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Para José Silva e Maya Takagi (2007), o conceito de segurança alimentar envolve minimamente quatro dimensões. A primeira delas seria a dimensão da quantidade, a qual os autores consideram a mais visível e estaria relacionada à necessidade do consumo mínimo de calorias, proteínas e vitaminas para uma vida ativa e saudável. A segunda dimensão é a da qualidade, que se refere ao acesso pela população a alimentos nutritivos. A terceira está relacionada à regularidade, nesse caso, a população deve ter ao menos três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar), e a última é a dimensão da dignidade. O indivíduo que se alimenta das sobras de restaurantes ou de alimentos retirados de lixões não possui segurança alimentar, mesmo que não seja considerado subnutrido pelo critério biológico.

As pessoas que vivem em situação de fome possuem deficiência de nutrientes essenciais para a manutenção da saúde. Em condições como essa, o rendimento escolar e a produtividade no trabalho são reduzidos. Mães desnutridas dão à luz filhos com baixo peso, com problemas na formação óssea, podendo inclusive apresentar danos de má formação permanentes, e para desenvolverem-se integralmente necessitarão de atendimento especial (MOISES, 2003).

Contudo José Silva e Maya Takagi (2007) argumentam que insegurança alimentar não é sinônimo de fome, isso porque a primeira possui diversas e graves facetas. Abarca os que não comem o suficiente por falta de renda, os que se alimentam inadequadamente, porque não ingerem os nutrientes necessários, embora possam até ingerir a quantidade necessária de calorias e proteínas, e também os que comem demasiadamente, necessitando de uma reeducação alimentar. Os autores destacam ainda que podem ocorrer casos, principalmente em crianças, de doenças que impedem a absorção dos nutrientes.

Nesse sentido, pode-se observar que a segurança alimentar não está relacionada especificamente à questão da privação ou mesmo da produção de alimento, mas envolve também outras questões, conforme salienta Francisco Menezes (2004), ao afirmar que a Segurança Alimentar e Nutricional não é mais uma questão relacionada somente à produção dos alimentos, isso porque no Brasil e no mundo todo existe uma produção suficiente para alimentar toda a população mundial, embora parcelas importantes da população ainda se vejam privadas desse consumo.

Josué de Castro, em sua obra *Geografia da Fome* (2006)⁴, evidenciou que a ocorrência da fome não se relacionava a fatores naturais, e sim a aspectos políticos, com destaque para a má distribuição de riquezas. Para resolver o problema o autor aponta, entre outros elementos, a necessidade de uma política alimentar mais efetiva e que não seja apenas de paliativos e o enfrentamento do “tabu” da reforma agrária, que, segundo ele, é um “assunto proibido, escabroso, perigoso – com a mesma coragem que enfrentamos o tabu da fome” (p.288).

Nessa perspectiva, de acordo com José Silva e Maya Takagi (2007), para que a fome seja enfrentada de forma eficaz ela deve ser compreendida como a

⁴ O clássico *Geografia da fome* teve sua primeira edição publicada no ano de 1946, porém a edição consultada foi a 19ª do ano de 2006.

dimensão extrema dos desequilíbrios estruturais do país e só será superada com políticas públicas estruturais e a inclusão de seus protagonistas no processo de desenvolvimento.

Como as causas da fome são estruturais, o desafio da articulação das ações governamentais remete a um processo mais amplo de iniciativas públicas, com estímulos ao desenvolvimento local, fomento à produção familiar, incentivos à geração de emprego e renda, etc. (p.271).

Ainda sobre as considerações de José Silva e Maya Takagi (2007, p.272), destacamos:

A pobreza não é apenas um fenômeno estatístico ou biológico, mas também político. Não é apenas um atraso no acesso aos bens de consumo, mas de privação da cidadania. Ela é a consequência estrutural de um modelo de desenvolvimento perverso, que gera privilégios e privações.

Renato Maluf (2009), concernente a políticas públicas com o enfoque da SAN, ressalta que há uma preocupação em ampliar as possibilidades de acesso aos alimentos por parte da população e sugere formas mais equitativas e sustentáveis de produção e comercialização dos alimentos.

Nessa perspectiva, a segurança alimentar e nutricional requer a implementação de estilos de agricultura sustentável, visto que o modelo agrícola convencional, centrado no uso abusivo de recursos naturais e adubos químicos, mesmo promovendo aumento da produção e produtividade de determinados cultivos em certas regiões, agride o meio ambiente e compromete sua sustentabilidade em longo prazo (CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

Para Francisco Caporal e José Costabeber (2007), a agricultura não é apenas uma atividade de natureza ecológico-biológica, mas também uma prática sociocultural e econômica e que nos últimos anos tem dado atenção ao tema da sustentabilidade. Para os autores, a agricultura moderna ou industrializada do século XX se caracterizou pela crescente incorporação de métodos e técnicas agroquímicas de produção, que geralmente causam degradação e contaminação ambiental.

Segundo Miguel Altieri (2012), o conceito de agricultura sustentável é relativamente recente e emerge como resposta ao declínio na qualidade da base dos recursos naturais, provocado pela agricultura moderna. Atualmente, a discussão

sobre produção agrícola tem evoluído, passando a abordar as dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas, além da abordagem puramente técnica.

Maria Emília Pacheco (2002) acrescenta que a agricultura convencional está baseada em práticas que não consideram a dinâmica ecológica dos agroecossistemas⁵, dentre elas a monocultura, cultivo intensivo do solo, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas.

Para a referida autora, as consequências desse tipo de agricultura já são conhecidas e incluem destruição de paisagens e ecossistemas, degradação ambiental com erosão do solo, poluição de água e assoreamento dos rios e até mesmo erosão genética. Numa perspectiva social, a autora afirma que:

Do ponto de vista social, esse modelo desestrutura a diversidade dos sistemas de produção que asseguram a reprodução social dos vários segmentos de camponeses e a biodiversidade agrícola; concentra terra; provoca migração e gera problemas de saúde tanto para o produtor como para o consumidor.

Esse paradigma não garante a segurança alimentar, isto é, alimentos em quantidade e qualidade suficientes e saudáveis e que correspondam aos vários sentidos simbólicos de que se revestem os alimentos nas diferentes culturas (PACHECO, Maria, 2002, p.139).

Nesse contexto destaca-se a Agroecologia, que, a partir de seus pressupostos e práticas, pode promover a eficiência dos sistemas agrícolas através do uso de várias técnicas e estratégias. De acordo com Roberto Caporal e José Costabeber (2007), a agroecologia corresponde fundamentalmente a um campo multidisciplinar de conhecimentos, que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural.

Segundo Miguel Altieri (1998), a agroecologia é uma ciência que tem por objeto o estudo holístico dos agroecossistemas, que buscam copiar os processos naturais, empregando um enfoque de manejo de recursos naturais para condições específicas de propriedades rurais, respondendo pelas necessidades e aspirações de agricultores em determinadas regiões.

Miguel Altieri (2012) ressalta, entretanto, a importância dos modos tradicionais de produção, pois há muito o que se aprender com eles, por terem uma forte base

⁵ Agroecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana (ALTIERI, 2012 p.105).

ecológica, manterem uma importante diversidade genética e promoverem a regeneração e a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Para o autor é de suma importância que os cientistas ressaltem o papel da agricultura tradicional como uma fonte de material genético e técnicas agrícolas regenerativas que compõem a base de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável direcionada a agricultores menos favorecidos.

De acordo com Maristela do Carmo (2008), a agroecologia tem como base epistemológica a contribuição de várias disciplinas do conhecimento e possui uma visão integradora e sistêmica do estudo da realidade com enfoque teórico e metodológico próprios, embora, com subsídios das experiências de distintos atores sociais que interagem ativamente com os recursos naturais.

A matriz do conhecimento agroecológico, na concepção de Maristela do Carmo (2008), interliga dois princípios fundamentais: a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas (saúde ecológica) e a preservação da biodiversidade cultural das populações (saúde cultural). O primeiro princípio está ligado à base para se reproduzir autorregulação e sustentabilidade dos sistemas agrícolas com a natureza, relacionando-se, dessa forma, com a preservação e crescimento da diversidade biológica. Alguns desses efeitos podem ser observados através de uma produção sem o uso de agroquímicos que possam degradar o meio ambiente, e quando se aumenta o uso múltiplo da região ou território.

O segundo princípio se refere a assegurar a diversidade de experiências e conhecimentos de grupos culturais, presentes nas agriculturas locais, em que o etnoconhecimento representa um elemento central na geração de tecnologias. Nesse sentido, é através do seu saber acumulado durante anos de convivência com o ambiente e suas práticas agrícolas que os agricultores trabalham o agroecossistema. A aptidão dos grupos étnicos locais surge da convivência com os ecossistemas que lhes conferem um saber sobre o ambiente, a vegetação, o solo, animais, clima, entre outros, sendo fruto da sua permanência, muitas vezes por gerações, naquele lugar, indo além dos aspectos produtivos, incorporando decisões de caráter multidimensional para a utilização da terra e a reprodução social.

No bojo dessa discussão podemos observar que, embora a agroecologia seja considerada como ciência, o saber empírico e popular dos/as agricultores/as tem um papel fundamental nessa construção científica.

Os sistemas orgânicos e de base agroecológica contribuem positivamente para a garantia da segurança alimentar e com o desenvolvimento rural sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

O estudo se configura inicialmente como descritivo, o qual procura a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2011, p.28). Parte, também, de uma abordagem qualitativa, que, para Ofélia Charnoux (2006, p.38), ocorre de modo mais aprofundado, buscando-se “entender não apenas o fenômeno estudado, mas o contexto no qual ele se desenvolve”. Suely Deslandes (2008, p.21) enfatiza que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

Dessa forma a coleta de dados consistiu em uma investigação a respeito do histórico e formação do Acampamento Margarida Alves em Moreno - PE e de suas lideranças. O intuito é descobrir o que faziam e de onde vieram essas famílias antes de serem acampadas.

Foram realizadas também entrevistas, utilizando-se um roteiro semiestruturado com perguntas pertinentes ao nosso tema de investigação, contemplando os seguintes blocos: identificação; perfil da família; caracterização da unidade produtiva (de cada entrevistada); trabalho e renda; alimentação e consumo.

O intuito nessa etapa foi identificar e analisar de que forma as mulheres percebem e organizam algumas categorias consideradas no estudo em questão, como o trabalho, o trabalho doméstico, distribuição de papéis na família, bem como obter informações sobre a renda familiar, as práticas de consumo alimentar da família, os/as principais responsáveis pela mesma e cultivos destinados para autoconsumo.

Uma vantagem da entrevista é que, ao deixar o entrevistado formular uma resposta pessoal, é possível obter uma idéia mais precisa do que este realmente pensa (LAVILLE e DIONNE, 1999).

Concluídas as primeiras entrevistas, reestruturamos e aperfeiçoamos o roteiro, e, nesse sentido, Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2005) enfatizam a importância de testar as perguntas para assegurar que as mesmas serão bem compreendidas e as respostas corresponderão às informações procuradas.

Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento das entrevistadas, para facilitar a coleta e análise dos dados. Com relação a isso, Christian Laville e Jean Dionne (1999) ressaltam que o tratamento dos dados é exigente, porque com frequência é necessário transcrever cuidadosamente as frases coletadas, que geralmente são registradas em gravador, para, em seguida, proceder com as análises, que tendem a ser mais delicadas do que as análises estatísticas.

Em complemento, foram realizadas visitas a campo e feitos registros fotográficos, além da técnica de observação, definida por Antônio Severino (2007, p.125) como sendo “todo procedimento que permite o acesso aos fenômenos estudados”. Para o autor, a observação é indispensável em qualquer modalidade de pesquisa. Odília Fachin (2006) afirma que o método observacional está fundamentado em procedimentos de natureza sensorial, com o objetivo de poder captar aspectos essenciais e acidentais de um fenômeno do contexto empírico. Dessa forma, alguns pontos foram observados, como a situação das moradias, principais atividades desenvolvidas pelos acampados por gênero, infraestrutura, principais cultivos, existência de hortas, cultivo de plantas medicinais entre outros que serão discutidos no decorrer do trabalho.

Todo o processo será ancorado em pesquisa bibliográfica, com o objetivo de aprofundar os estudos nas temáticas trabalhadas na pesquisa. Na revisão de literatura o/a pesquisador/a “tenta encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual” e assim, a partir dos procedimentos de outros pesquisadores em seus trabalhos/pesquisas, pode delinear sua própria maneira de proceder (LAVILLE e DIONNE, 1999).

a) Local e universo da pesquisa

A origem do município de Moreno remete ao ano de 1616, sendo emancipado no início do século XX através da Lei 1.931 de 11 de setembro de 1928. O município está localizado na Microrregião Recife do Estado de Pernambuco (BELTRÃO et. al., 2005). Possui uma área de 196 Km² e população de 56.696 habitantes, dos quais 27.664 são do sexo masculino e 29.032 do sexo feminino (BDE, 2010).

FIGURA 01: Microrregiões de Pernambuco e localização do município de Moreno⁶



Fonte: <http://www.bde.pe.gov.br>. Adaptado pela autora.

Situado na zona rural do município de Moreno, região historicamente reconhecida pelos latifúndios e engenhos de cana-de-açúcar, o Acampamento Margarida Alves, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST⁷ existe há nove anos e vem se configurando como um espaço de luta e resistência pela terra e pelo modo de vida camponês.

De acordo com a representante do Setor de Gênero do MST e mediadora das primeiras visitas de campo, existe no município de São Lourenço da Mata (PE) outro acampamento homônimo que desenvolve práticas agroecológicas e inclusive comercializa em feiras agroecológicas da região, contudo optamos pelo

⁶ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Estado de Pernambuco é dividido em 5 (cinco) mesorregiões e 19 (dezenove) microrregiões geográficas: Alto Capibaribe, Araripina, Brejo Pernambucano, Fernando de Noronha, Garanhuns, Itamaracá, Itaparica, Mata Meridional Pernambucana, Mata Setentrional Pernambucana, Médio Capibaribe, Pajeú, Petrolina, Recife, Salgueiro, Sertão do Moxotó, Suape, Vale do Ipanema, Vale do Ipojuca, Vitória de Santo Antão.

⁷ O MST, sobre o qual abordaremos adiante neste trabalho, foi fundado no ano de 1984, e tem como principal objetivo a luta por terra, reforma agrária e uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil. Fonte: www.mst.org.br

Acampamento Margarida Alves situado em Moreno, pela iniciativa da associação apenas de mulheres.

Em 09 de setembro de 2012, por iniciativa da líder do Acampamento, juntamente com um grupo de 20 mulheres, fundou-se a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves, que atualmente conta 16 associadas.

Dessa forma, nossa amostra se constituiria inicialmente das 16 mulheres participantes da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves, tendo em vista a inviabilidade de entrevistar as 30 famílias acampadas por estarem essas dispersas na extensão do acampamento.

Entretanto, no decorrer das entrevistas nos deparamos com o “critério de saturação”, que, de acordo com Suely Deslandes (2010, p.48), ocorre “quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação”. Diante disto, fomos incluindo progressivamente o número de sujeitos e, dessa forma, a partir dos dados coletados, concluímos as entrevistas com um número de dez associadas, ressaltando que das seis mulheres restantes duas delas se recusaram a participar da entrevista, embora uma delas tenha conversado informalmente e respondido indiretamente a maioria das questões presentes no roteiro.

Nesse contexto, o Acampamento Margarida Alves representa um rico espaço para se refletir acerca das relações de gênero, o protagonismo econômico-produtivo das mulheres, considerando suas características organizativas e suas relações sociais e políticas, bem como para se discutir aspectos relacionados à segurança alimentar e nutricional.

b) Análise dos dados

Para Suely Deslandes (2008), a análise e tratamento dos dados empíricos referem-se ao conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar as informações coletadas, articulando-as com a teoria que fundamentou o projeto, bem como com outras leituras teóricas e interpretativas. Para tal, a autora sugere subdividir esse momento em três tipos de procedimento: a) Ordenação dos dados; b) Classificação dos dados e c) Análise propriamente dita.

A autora ressalta ainda que a análise qualitativa vai muito além de uma simples classificação de opinião dos informantes, pois “é a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações.” A autora complementa, destacando a importância do aporte teórico na busca da compreensão e da interpretação como uma contribuição singular e contextualizada ao pesquisador.

Nesse contexto a análise dos dados foi realizada mediante tabulação das entrevistas e transcrição das falas das entrevistadas. De modo a se assegurar o sigilo de identidade, foi atribuído um nome fictício para cada uma delas, e a transcrição das entrevistas procurou manter a expressão original de suas falas, respeitando-se as exigências linguísticas na passagem do oral ao escrito.

Para o processo de sistematização das informações, as mesmas foram divididas por categorias, consoante o roteiro de perguntas, as quais retomamos aqui: identificação; perfil da família; caracterização da unidade produtiva; trabalho e renda; família, alimentação e consumo para facilitar o processo analítico.

Em seguida foram selecionadas e agrupadas as informações de caráter mais descritivo, como idade, escolaridade, estado civil, principais produtos cultivados, entre outras, e as de cunho mais pessoal, que se referiam às concepções pessoais das entrevistadas referentes a algumas categorias analíticas do estudo, como, por exemplo, o entendimento delas sobre “trabalho doméstico”.

A partir desse agrupamento dos dados procedeu-se ao aprofundamento analítico, ressaltando as falas mais significativas sobre os diferentes temas abordados, destacando-se similitudes, antagonismos e singularidades entre as falas.

CAPÍTULO IV

ACAMPAMENTO E ASSOCIAÇÃO MARGARIDA ALVES EM MORENO – PE: HISTÓRIA E PERFIL DAS MULHERES ASSOCIADAS.

Neste capítulo pretendemos explicar acerca do histórico do Acampamento Margarida Alves a partir do relato das entrevistadas e suas características gerais. Buscou-se também apresentar um perfil socioeconômico, baseado em dados sobre idade, instrução, estado civil e renda familiar das mulheres da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves, as quais compõem a amostra da pesquisa.

Antes de abordarmos as características do acampamento é necessário tratar um pouco do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que se relaciona com a origem e organização do acampamento.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e gênero: breve histórico

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um dos maiores e mais organizados movimentos sociais do Brasil. Em 1984, em Cascavel (PR), realizou-se o primeiro encontro nacional dos trabalhadores rurais Sem Terra, data que marcou a fundação do Movimento. Na ocasião, foi estabelecido um conjunto de objetivos, que guiam as diversas ações e instâncias organizativas do Movimento e têm uma influência significativa também sobre as experiências econômicas associativas desenvolvidas pelas famílias assentadas.

Conquistados os primeiros assentamentos, o MST viu-se diante do desafio de estabelecer novas relações de produção. O Movimento compreendia que era necessário resistir ao processo expropriador do modelo vigente de desenvolvimento econômico, que já havia ocasionado a expulsão de várias famílias de suas terras. É nesse contexto que os Sem Terra passaram a discutir a cooperação agrícola como forma de resistência.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais conhecido como Movimento dos Sem Terra, sigla MST, é um movimento que luta, basicamente, por terra, pela reforma agrária e por mudanças na sociedade e pode ser apontado como

responsável pelo ressurgimento da questão da reforma agrária na consciência nacional, e tem demonstrado forte teor político e ideológico (MACHADO, 2005).

A principal luta do Movimento é pela reforma agrária visando à distribuição mais justa da terra, e, através das ocupações de latifúndios, que não estão cumprindo sua função social, o MST legitima seus objetivos. Contudo suas reivindicações vão além e incluem a luta por crédito agrícola, escola, moradia, estradas, transporte coletivo, energia elétrica, saúde etc., que refletem em melhoria da qualidade de vida das famílias (PATRIARCHA e PASTOR, 2011; FERNANDES, 2001).

O MST está organizado em aproximadamente 24 estados distribuídos nas cinco regiões do país e com milhares de famílias que já conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos/as trabalhadores/as rurais. De acordo com o movimento, mesmo após assentadas, as famílias permanecem organizadas no MST, visto que a conquista da terra representa o passo inicial para a reforma agrária. Ademais, os latifúndios desapropriados para assentamentos geralmente apresentam pouca infraestrutura em termos de saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e ao lazer, entre outros, e, nesse sentido, as famílias já assentadas seguem organizadas para realizarem novas lutas visando à conquista desses direitos básicos.

Tanto nos assentamentos quanto nos acampamentos as famílias se organizam em núcleos onde são discutidos assuntos de diversas áreas, como produção e escola, por exemplo, e a partir desses núcleos são eleitos os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou acampamento, sendo essa estrutura adotada em nível regional, estadual e nacional.

Segundo o Movimento, as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher, e, tanto nas assembléias de acampamentos e assentamentos como nas instâncias nacionais, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres.

O maior espaço de decisões do MST é o Congresso que ocorre em média a cada cinco anos, e a cada dois anos é realizado um encontro nacional no qual são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso. Já foram realizados seis Congressos, sendo o último em fevereiro de 2014 em Brasília (DF), com o lema “Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!”. Além dos Congressos, Encontros e Coordenações, as famílias também se organizam por setores para encaminharem

tarefas específicas, quais sejam: Produção, Saúde, Gênero, Comunicação, Educação, Juventude, Finanças, Direitos Humanos, Relações Internacionais, entre outros, e são organizados desde o nível local até o nacional, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado.

Para Franco (2004), citado por Renata Gonçalves (2009), os principais setores são: **Frente de Massas**, que planeja as ocupações e dirige os acampamentos; **Produção**, responsável pela organização da produção nos assentamentos; **Educação**, que organiza escolas nos acampamentos e assentamentos; **Comunicação**, encarregado da divulgação de boletins na imprensa e incentivar as rádios comunitárias nos assentamentos; **Cultura**, que promove a cultura camponesa e o fomento de atividades culturais e esportivas no meio rural; **Saúde**, setor que acompanha as carências básicas no âmbito da saúde nos acampamentos e assentamentos; **Formação**, que se encarrega do aprofundamento político e ideológico das bases acampadas e assentadas; e por fim o setor de **Gênero**, responsável por organizar os Coletivos de Gênero e mobilizar politicamente as mulheres nos acampamentos e assentamentos.

De acordo com Renata Gonçalves (2009), os setores dão sustentação à estrutura organizativa do MST e foram surgindo de acordo com as necessidades e desdobramentos que emergiam ao longo da luta pela terra, e o mesmo ocorreu com o setor de gênero, que, embora seja responsável pela organização política das mulheres, muitas tensões foram provocadas em torno da sua criação e, por conseguinte, da participação feminina nas diferentes instâncias de poder do movimento.

Renata Gonçalves (2009) afirma que na fase inicial do MST a preocupação com a presença das mulheres é quase nula, mas nos anos 1990 começou a ser criado um Coletivo Nacional de Mulheres do MST, e, a partir de então, a não visibilidade da participação feminina tornou-se objeto de debates e resoluções, a exemplo do artigo 152 do “Documento Básico do MST”, de 1993, que enfatiza a necessidade de “garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e, sobretudo, estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês”. Para a referida autora, são vários os depoimentos e textos que se referem ao meio camponês como um espaço machista e de recuo político das mulheres.

Na concepção de Gema Esmeraldo (2007), as mulheres sempre protagonizaram papéis estratégicos nas lutas do MST desde o início do Movimento, que vão desde a liderança de trabalhadores em ocupações de terra à formação de barreiras com as crianças nos embates e enfrentamentos com policiais, milícias privadas e jagunços. As mulheres também participam de marchas por todo o país, organizam ocupações, compõem comissões de reivindicação junto ao poder público, viajam para outros países para representarem o MST, apenas para citar algumas de suas atuações. A autora é enfática ao afirmar que essa atuação das mulheres não se materializa em reconhecimento da sua importância na construção do Movimento por parte de seus dirigentes. Para a autora, “elas são compreendidas como frações da classe trabalhadora (sem sexo e gênero) que constroem coletivamente a luta pela terra”.

A partir do primeiro Coletivo Nacional de Mulheres, que foi criado em 1996 – que posteriormente se tornou Coletivo Nacional de Gênero e finalmente Setor Nacional de Gênero –, surgiu a primeira cartilha organizada pelo Coletivo, com o título “A questão da mulher no MST”, e apontava que as mulheres enfrentavam discriminação nos acampamentos e assentamentos e sentiam a necessidade de uma estrutura que possibilitasse a participação delas, além da distância entre a teoria e a prática do movimento, que considera secundário o trabalho com e sobre as mulheres (GONÇALVES, 2009).

Gema Esmeraldo (2007) argumenta que “na construção de discursos e de ações para as mulheres o Coletivo Nacional de Mulheres incorpora e convive com o dilema de trabalhar com o discurso das relações de gênero e com o empoderamento e a afirmação política das mulheres”. Para Renata Gonçalves (2009), apesar de o Coletivo ter enfrentado muitos desafios e dificuldades, reconhece-se que houve avanços, dentre os quais está a conscientização de que se trata de um problema de ordem política, sendo importante estabelecer uma relação entre gênero e luta de classes.

Para Kelli Mafort (2014), da coordenação nacional do MST e do Setor de Gênero do Movimento, várias linhas políticas já foram tiradas a partir dessa discussão, a exemplo da participação de 50% de mulheres em todos os espaços do Movimento nas instâncias, nos processos produtivos, de formação e educação, nas mobilizações, etc, e ressalta que muitas metas ainda representam um desafio

permanente, embora a construção do setor de gênero tenha possibilitado um novo significado na luta pela terra.

Ao longo desse processo outras cartilhas foram lançadas, envolvendo várias temáticas relacionadas à questão de gênero e buscando novas relações e elementos para a reflexão da realidade em que vivem as mulheres no Movimento e na sociedade. É evidente que toda essa discussão que evoluiu no interior do movimento instigou uma série de debates sobre o assunto, o que indica que novas relações podem ser desconstruídas e reconstruídas.

É nesse contexto de relações de gênero e afirmação política que se inserem as práticas das mulheres e seus desdobramentos no âmbito da proposta da SAN no Acampamento Margarida Alves, sobre o qual trataremos em seguida.

2. Acampamento Margarida Alves em Moreno/PE: Caracterização geral

O Acampamento Margarida Alves, localizado no Município de Moreno/PE, é instalado em uma área do antigo Engenho Xinxaim estimada em 400 hectares e teve seu início com os/as trabalhadores/as do Engenho, que, com o encerramento de suas atividades e sem outra perspectiva de local para se instalarem, atrelado a questões de direitos trabalhistas, resistiram nas terras. No acampamento há trinta famílias acampadas, produção com princípios agroecológicos que se destina basicamente para o autoconsumo com comercialização do excedente, horta medicinal, criação de pequenos animais e uma casa de farinha, e atualmente é liderado por uma mulher.

Foto 01 - Horta medicinal



Foto 02 - Casa de farinha



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Embora o acampamento possua uma área estimada em 400 hectares, cada família acampada possui em média 1 hectare de terra para produção de culturas diversificadas, sendo macaxeira, inhame, batata, feijão e banana as mais recorrentes, mas também foi citada a produção de quiabo, coentro, cebolinha, maxixe e jerimum e, em menor escala, algumas frutíferas, como aceroleira, além da criação de pequenos animais, como galinha, cabra, bode e bezerro. Cabe destacar que toda a produção do acampamento é livre de insumos químicos, visto que a direção do acampamento não permite uso de agrotóxicos e realização de queimadas.

É válido ressaltar, com relação às práticas da agricultura, que o desmatamento, as queimadas, o monocultivo e o uso de agrotóxicos prejudicam o solo e diminuem a produção, além de contribuir para o processo de desertificação de algumas áreas da região.

Todas essas questões interferem na disponibilidade e qualidade dos alimentos e, conseqüentemente, na segurança alimentar e nutricional dos/as agricultores/as familiares, tendo em vista sua relação com a produção de alimentos básicos, com regularidade e adequada qualidade biológica.

No tocante à produção para autoconsumo, neste estudo estaremos nos referindo ao autoconsumo alimentar, que, segundo Marcio Gazolla e Sergio Schneider (2005, p.6), “pode ser definido como aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades”, o que se configura em uma prática intimamente relacionada aos princípios da SAN, por prover alimentos para a família. No caso do acampamento estudado, podemos destacar ainda a produção de alimentos mais saudáveis para o ser humano e menos degradante ao meio ambiente pela não utilização de insumos químicos, não realização de queimadas e pelo policultivo, como já mencionado.

Nesse contexto nos reportamos aos estudos de Izaura Fischer (2010), quando afirma que o trabalho (in)visível da mulher é determinante da segurança alimentar, evidenciado pelo fato de que aproximadamente 80% da produção destina-se ao autoconsumo em alguns países, embora isso ainda não seja evidenciado nem mesmo em locais onde só se pratica esse tipo de agricultura, como é o caso dos

acampamentos visando à reforma agrária. Conforme a autora, oculta-se sob o termo familiar, o trabalho agregado realizado pela mulher.

Desse modo a produção voltada para autoconsumo e comercialização no Acampamento Margarida Alves pode contribuir com a segurança alimentar e nutricional das famílias acampadas, pela disponibilidade, variedade e qualidade (biológica) dos produtos produzidos, além da possibilidade de geração de renda monetária com a comercialização dos mesmos.

Em contrapartida temos questões como a não posse da terra, mesmo após tantos anos de ocupação e a falta de assistência técnica no acampamento, visto que de acordo com as depoentes o que prevalece é o saber repassado de geração a geração e ocasionalmente alguma assistência técnica por parte de algum integrante do MST, o que poderia maximizar a produção.

Não foi identificado nenhum tipo de planejamento do que será produzido para consumo e o que será destinado à comercialização, mesmo entre as entrevistadas que afirmaram vender parte da produção, e, de maneira geral, vende-se o que não é consumido.

Nem todos os/as acampados/as são originários desse engenho; alguns são de outros municípios do Estado, como Bezerros, Paulista, Petrolina, Pombos, e chegaram ao acampamento por parentesco com algum acampado/a ou por indicação de algum/a líder de movimentos de trabalhadores rurais, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE⁸.

O acampamento possuía o mesmo nome do referido engenho, mudando posteriormente para “Acampamento Margarida Alves” em homenagem a essa mulher, que foi esposa, mãe, trabalhadora rural e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba. Margarida Alves (1943–1983) foi covardemente assassinada no ano de 1983 por um matador de aluguel. De acordo com relatos, a motivação do crime seria por ter incentivado inúmeras ações trabalhistas de trabalhadores rurais das usinas da região por direitos trabalhistas.

⁸ A FETAPE é uma entidade sindical, que representa e coordena os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pernambuco. Fundada em 6 de junho de 1962, hoje é constituída por 179 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais das três regiões do estado. Sua missão é representar e defender, mobilizar e organizar trabalhadores e trabalhadoras rurais do estado de Pernambuco, na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Como líder sindical, Margarida Alves destacou-se na luta por direitos que estavam sendo ameaçados e por outros ainda não conquistados, como, por exemplo, o pagamento do 13º salário, férias, jornada de trabalho de oito horas diárias, etc. Foi pelo desempenho desse papel que conquistou o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, o que na época foi algo inédito no Nordeste, por ser a primeira mulher a ocupar esse cargo, bem como os 12 anos de permanência no referido cargo, apesar de constantes ameaças de morte (WOORTMANN, MENASCHE e HEREDIA, 2006).

Mesmo inserida em um contexto marcado pelo analfabetismo e pela subordinação dos camponeses aos grandes proprietários e latifundiários, Margarida Alves foi uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, do qual foi diretora no período de 1981 a 1983, o que marcou seu esforço em promover a consciência cidadã, o acesso a conhecimentos e direitos e o fortalecimento da agricultura familiar, e contribuiu também para o empoderamento das mulheres na luta por melhores condições de vida no campo (WOORTMANN, MENASCHE e HEREDIA, 2006).

Por todo seu histórico de vida, Margarida Alves foi mais que uma liderança política, foi um exemplo de luta por melhores condições no campo e que ao longo dos anos motivou várias outras manifestações, como a Marcha das Margaridas, uma mobilização de mulheres trabalhadoras rurais, que acontece em Brasília e teve início em 2000, e se consolidou na luta contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação e na construção da igualdade para as mulheres.

A Marcha das Margaridas apresenta um papel de denúncia e pressão, mas também de proposição, diálogo e negociação política com o Estado, e marca a história do movimento sindical e do movimento feminista no Brasil e articula parcerias com outros, com objetivo de dar visibilidade, reconhecimento e ampliar as conquistas das mulheres do campo de da floresta. Os principais objetivos políticos do movimento são⁹:

- Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais;

⁹ Fonte: MARCHA DAS MARGARIDAS 2011: Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Liberdade e Igualdade - Caderno de Textos para estudos e debates.

- Contribuir para a democratização das relações no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, com a superação das desigualdades de gênero;
- Atuar para que as mulheres do campo e da floresta sejam protagonistas de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente;
- Dar visibilidade e reconhecimento à contribuição econômica, política, social das mulheres no processo de desenvolvimento rural;
- Denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação e avançar na construção da igualdade para as mulheres;
- Propor e negociar políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta;

A Marcha das Margaridas 2013 resgatou a memória de Margarida Alves cujo assassinato ainda está impune após 30 anos e reafirmou o lema “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, reivindicando prioridades sistematizadas a partir dos seguintes eixos:

EIXO I – Biodiversidade e democratização dos recursos naturais

EIXO II – Terra, água e agroecologia

EIXO III – Soberania e segurança alimentar e nutricional

EIXO IV – Autonomia econômica, trabalho e renda

EIXO VI – Saúde e direitos sexuais e reprodutivos

Cada eixo engloba um conjunto de reivindicações, entre as quais destacamos o eixo Soberania e SAN, nele as mulheres apontam elementos importantes como a intersectorialidade de programas e políticas voltadas a soberania e SAN; e a promoção e apoio a realização de feiras locais e agroecológicas como alternativa para viabilizar a comercialização da produção, além do estímulo a produção e consumo de alimentos saudáveis. A seguir as reivindicações deste eixo¹⁰:

- Garantir a intersectorialidade de programas e políticas essenciais à promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, especialmente Assistência

¹⁰ Disponível em: www.agroecologia.org.br. Acesso em janeiro de 2014.

Técnica e Extensão Rural - ATER, Crédito e Fomento, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

- Ampliar a política de armazenagem e estoques da produção da agricultura familiar nas grandes regiões como forma de garantir a disponibilidade de alimentos às populações locais.
- Estimular a produção e armazenamento de forragens/silagens para garantia da manutenção dos rebanhos da agricultura familiar.
- Investir na criação de agroindústrias de pequeno porte nas comunidades para beneficiamento de produtos da agricultura familiar e no apoio à produção e comercialização de sementes crioulas.
- Promover e apoiar a realização de feiras locais e agroecológicas como meio de comercialização da produção da agricultura familiar.
- Rever e adequar a legislação e os sistemas de inspeção sanitária de modo a reconhecer e incorporar a diversidade produtiva da agricultura familiar e camponesa e estimular a produção e consumo de alimentos saudáveis.

“As Margaridas”, como são chamadas, sinalizam nitidamente que para se garantir a Soberania e SAN são necessárias ações integradas de diversos setores e que o incentivo a produção, comercialização e consumo de alimentos saudáveis, com destaque para os agroecológicos que desempenham um papel importante nesse âmbito, como já visto anteriormente.

Cabe esclarecer que os acampamentos são constituídos por grupos de pessoas sem terra que se reúnem para exigir seus direitos se instalando em uma determinada área produtiva. Quando conseguem se estabelecer e começar as negociações com o governo para fazer daquela área um local destinado à reforma agrária, o acampamento torna-se um pré-assentamento. Os movimentos de pequenos produtores rurais e sem-terra se utilizam da construção de acampamentos

próximos a propriedades consideradas improdutivas como principal forma de reivindicação (MDS, 2013).

De acordo com Isaac Bernart (2009), os acampamentos e assentamentos são exemplos de materializações locais e concretas da luta de classes que vive a sociedade brasileira no contexto rural.

Segundo Regina Lang et al. (2011), os acampamentos se tornaram uma das estratégias dessas famílias no estágio de luta pela terra e que não encontraram alternativas produtivas e nem apoio governamental para que possam viver de uma forma mais digna e cidadã.

Teoricamente o acampamento seria uma fase anterior ao assentamento, com normas e divisão de tarefas, conforme explica Renata Honório (2005), ao afirmar que na fase do acampamento novas sociabilidades têm de ser construídas, pois é o momento em que se começa a viver coletivamente, o que implica algumas regras de convivência. A partilha da execução de tarefas entre homens e mulheres é mais igualitária e, no tocante aos papéis femininos, alguns aspectos se destacam, principalmente no âmbito doméstico.

Quadro 01 Comparativo entre Acampamento x Assentamento

ASPECTOS	ASSENTAMENTOS	ACAMPAMENTOS
Território	Fixo e determinado (individual e coletivamente)	Provisório e indefinido (individual e coletivamente)
Atividades Produtivas	Constantes, baseadas na posse de terra e desenvolvimento da agricultura, com obtenção de renda.	Escassas, compreendendo a manutenção do acampamento e ocasionais serviços assalariados para terceiros.
Relação com o MST	Independência relativa, variando de acordo com o grau de controle que o movimento exerce sobre a atividade produtiva e sua organização.	Dependência absoluta, tanto para a sobrevivência material quanto para o êxito na obtenção de terras.
Condição Jurídica	Legal	Ilegal

Fonte: Maria Turatti (1999). Adaptado pela autora.

Cabe salientar que a condição de pré-assentamento, como é o caso do Acampamento Margarida Alves, não garante aos/às acampados/as estabilidade com relação à terra e ao que produzem, isso porque, apesar de o acampamento existir há vários anos, a área ainda não foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para fins de Reforma Agrária e, dessa forma, o devido acesso a terra pelos acampados/as.

Os/as acampados/as relataram o ambiente de tensão e insegurança em que vivem, fazendo com que organizem grupos de vigília, que se revezam entre si, para vigiar o acampamento durante a noite. Foi mencionado também que já houve uma morte por questões de disputa de terra, e há pouco mais de dois anos os/as acampados/as receberam uma ordem de despejo, da qual participou um grande contingente de policiais na ação, mas a situação foi contornada, conforme relato de uma acampada durante uma reunião:

“Tivemos um despejo, agora foi verdadeiro! Quer dizer, tivemos um despejo que não aconteceu. Veio o batalhão de choque, o que teve de carro, de ônibus... dia 7 de abril agora tem dois anos. Veio o batalhão de choque, veio a ROCAM¹¹, a Polícia Civil, veio do que você pensar, veio até o carro do SAMU¹² pra socorrer alguém! Veio máquina, aquela máquina grande pra derrubar e nem muita gente tinha (no acampamento). Veio o pessoal do acampamento vizinho. Ninguém resistiu [...]. A estrada ficou cheia e aquela agonia. Fizemos oração, foi uma coisa! Esse acampamento tem história, gente! [...] Meu marido já tinha tirado as telhas do barraco todinha. Eu sei que teve uma hora que ligaram até pra Brasília. Aí só sei que o..., como é que diz? O que fala, o que manda..., o desembargador foi, ligou para o juiz de Moreno e disse pra suspender esse despejo que não podia. Aí daqui a pouco apareceu um carro ali, [...] e o pessoal segurando, e assim entra mais não entra, e o homem dizia derruba, mas não derruba. Aí apareceu o carro ali da imprensa com a imprensa, aí veio e foi bala de borracha, gás de não sei o que, spray de pimenta, atingiu uma companheira [...] um “sangueiro” (atingida por bala de borracha). Tinha umas criancinhas que se ralaram tudinho correndo por ali. Foi um dia sabe, de pânico. Teve gente chorando que nem doido pensando em deixar uma coisa bonita dessa! Foi muita agonia! Cheguei aqui meu marido tava tremendo, que tinha problema do coração. Aí disse, olha tô em pé a pulso. Mas continuamos!”. (Agricultora acampada)

Este depoimento reforça a discussão sobre o ambiente de ansiedade em que vivem homens, mulheres e até crianças no acampamento, e retoma a discussão

¹¹ ROCAM - Ronda Ostensiva Com Apoio de Motocicletas

¹² SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

sobre a importância da garantia da terra para essas famílias. Essa foi a pior ação de despejo sofrida pelos acampados/as em sua trajetória até o momento, e que certamente marcou a vida e memória dessas pessoas, como pudemos observar nas conversas informais durante as visitas a campo.

Outro aspecto mencionado durante a reunião coletiva foi a insegurança de homens e mulheres com relação a investirem na lavoura e depois perderem o investimento, caso ocorra uma nova ação de despejo, o que para eles/as representa perder tempo, dinheiro, trabalho, alimentos e dignidade.

Segundo Maria Turatti (1999), é crescente o número de homens e mulheres que se integram ao MST por conta do desemprego rural e também urbano, que buscam melhores condições de produzirem e reproduzirem material e socialmente sua existência. Em contrapartida, deparam-se com um ambiente estranho e condições precárias, enfrentando muitas vezes a itinerância das ocupações e despejos, à espera da fixação definitiva na terra que será a garantia à vida.

Em termos de infraestrutura básica, constatou-se que não há água encanada, e a fonte de água disponível são dois poços, dos quais um é destinado ao consumo humano (Foto 03) e outro às tarefas domésticas e demais atividades (Foto 04). Esse fator reflete diretamente no cotidiano das famílias, que necessitam de água para a execução das tarefas domésticas, bem como para a agricultura, demandando maior esforço físico para o abastecimento de água nas moradias, já que nem todas as casas ficam próximas aos poços. A limpeza desses poços é realizada pelos/as próprios/as acampados/as, sendo a lavagem realizada semanalmente para o poço destinado para consumo humano e quinzenalmente para o outro poço, com escova e cloro.

Foto 03 - Poço para consumo humano



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Foto 04 - Poço para atividades diversas

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

O acampamento possui energia elétrica, sanitários em quase todas as moradias, com exceção de duas, por opção das famílias que nelas residem, porém há um sanitário coletivo e recentemente foi construída uma escola (Escola Marinete Feliciano – Fotos 05 e 06), que até o momento da pesquisa não havia sido inaugurada.

Foto 05: Escola Marinete Feliciano vista exterior**Foto 06: Escola Marinete Feliciano vista interior**

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Com relação às moradias todas são de taipa e geralmente apresentam poucos cômodos. Não há um tamanho padrão, visto que cada acampado constrói de acordo, basicamente, com a necessidade de sua família. A maioria das casas é construída com certa proximidade umas das outras e poucas possuem “quintais”.

Pelo que foi observado as famílias que criam pequenos animais como galinhas, bodes, cabras tanto para consumo como para venda, são as que possuem um quintal maior.

Foto 07 - Moradias dos acampados e acampadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Em termos organizacionais o acampamento está dividido por áreas e cada uma delas com assuntos específicos, conforme descrito abaixo:

- **Produção:** aborda questões referentes à produção agrícola do acampamento;
- **Formação:** são tratados temas como reforma agrária, formação política e ações que serão realizadas pelos acampados;
- **Gênero:** assuntos relacionados a igualdade de gênero;
- **Cultura:** esta área é responsável pelos assuntos referente a música e cultura em geral;
- **Infraestrutura:** trata das construções de casas, fossas sépticas entre outros;
- **Disciplina:** nesta área se trabalha os temas do horário do silêncio, vigília do acampamento, álcool, drogas, brigas no acampamento etc;
- **Saúde:** são abordados os assuntos referentes a controle de doenças, horta medicinal etc.

Esta divisão facilita a administração do acampamento e a discussão dos assuntos de interesse comum.

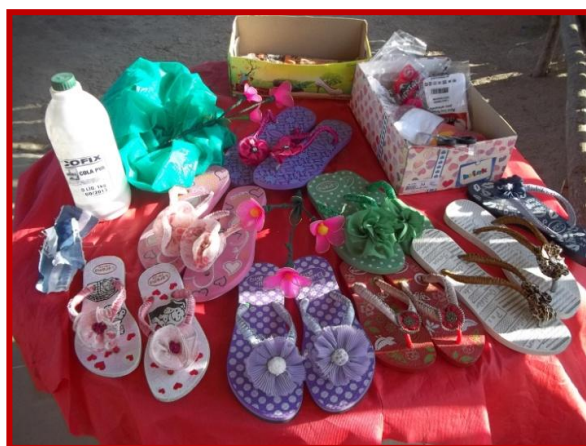
Na sequência trataremos do perfil das mulheres que fazem parte da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves, bem como de algumas características da referida associação.

3. Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves: perfil das mulheres

Criada em 09 de setembro de 2012 como uma alternativa para geração de renda, a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves conta atualmente com 16 associadas e possui uma área de 1 hectare de terra, que, segundo a diretora da associação, destina-se ao cultivo coletivo (apenas pelas mulheres da associação) de milho, feijão, macaxeira e mandioca, podendo variar de acordo com as condições climáticas.

Há poucos meses, iniciaram também a produção de peças artesanais para comercialização. São produzidas flores para decoração em papel, meia, plástico e palha de milho e sandálias decoradas com fitas e acessórios (Foto 08 e 09).

Fotos 08 e 09 - Peças artesanais produzidas pelas mulheres da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

A associação ainda não é oficialmente registrada, mas já possui uma estrutura organizacional formada com diretora, vice-diretora, tesoureira etc, e, segundo as depoentes, a intenção é que a renda gerada pelas atividades das mulheres seja partilhada entre todas as associadas de maneira igualitária.

A pesquisa apontou para a fragilidade da ação coletiva das mulheres da associação, pela ausência de conhecimentos e práticas de autogestão¹³, embora possamos considerar que algumas práticas apontam para princípios da economia solidária¹⁴.

Embora a iniciativa da criação da associação de mulheres seja muito positiva, ela ainda está em um nível incipiente no que se refere à geração de renda, mas as mulheres demonstram empenho em continuar com a atividade e acreditam que poderá ser uma alternativa viável para geração de renda. Esse cenário nos instiga a refletir sobre a importância da iniciativa coletiva das mulheres, o que pode refletir na segurança alimentar e nutricional das famílias das mulheres envolvidas.

A partir dos dados coletados foi possível observar um pouco dos diferentes contextos e história de vida e traçar um perfil geral das dez entrevistadas, todas da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves.

Segue um breve histórico acerca das entrevistadas:

Jasmim: 21 anos de idade, cursou o Ensino Médio completo, casada/união estável. Iniciou a participação no acampamento através do pai e do cunhado que já foram acampados. Uma das mais jovens do acampamento. Afirma que não foi criada no roçado como a maioria das acampadas. O que aprendeu do campo foi no acampamento.

Violeta: 27 anos, casada/união estável e mãe de três filhos (quatro, seis e oito anos de idade). Cursou até o segundo ano do Ensino Médio, e segundo ela, parou os estudos por conta da gravidez. Convidada a pouco meses a participar do acampamento pelo sogro, que é acampado há muitos anos. Trabalha em casa com costura.

¹³ Segundo Albuquerque (2003 p.20), a autogestão é um conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisões, que propicia a autonomia de um “coletivo”. Para o autor a autogestão possui um caráter multidimensional (social, econômico, político e técnico) e refere-se a uma forma de organização da ação coletiva. Para maior aprofundamento consultar: ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. 306 p.

¹⁴ A economia solidária foi progressivamente definida de um modo empírico, a partir das práticas dos atores. Em seu sentido mais amplo, ela agrupa o conjunto das iniciativas econômicas privadas (isto é, autônomas em relação ao Estado que apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade que na busca do lucro. Maiores esclarecimentos: GUÉRIN, Isabelle. *As mulheres e a economia solidária*. Tradução: Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

Acácia: 31 anos, solteira. Está no acampamento há aproximadamente 5 meses e iniciou sua participação através da irmã com a qual divide área para produzir.

Rosa: 39 anos, de família de agricultores/as, casada/união estável e possui o Ensino Fundamental incompleto. Moram com ela no acampamento o marido e o primo dele. Está há seis anos no acampamento e foi convidada pelos tios. Segundo a depoente, sempre trabalhou “em casa de família”, mas parou há quase dois anos, um dos motivos foi a dificuldade em conseguir emprego.

Tulipa: 44 anos, solteira. Está acampada desde a fundação do acampamento. Presidente da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves.

Amarílis: 44 anos, casada/união estável, mãe de dois filhos e possui o Ensino Fundamental incompleto. Foi convidada pelo irmão a participar do acampamento. Visitou, gostou e já está há aproximadamente um ano.

Gardênia: 47 anos, casada/união estável, mãe de dois filhos e avó de uma neta. cursou até a 6ª série do Ensino Fundamental e afirma que parou de estudar por conta do casamento. Segundo ela, foi “nascida e criada em Paulista/PE e chegou ao acampamento através do marido acampado.

Dália: 57 anos de idade, casada e estudou até a primeira série do Ensino Fundamental, que de acordo com ela, foi apenas para aprender a assinar o nome. Afirma que teve dezesseis filhos, mas só sobreviveram cinco, pois os bebês faleciam com menos de um ano de idade.

Íris: 58 anos, solteira/separada e está acampada desde o início do acampamento. Estudou até o antigo Mobral. Alega que gostaria de ter estudado mais, contudo não tinha tempo nem interesse, afirma ainda que “na época não era obrigado a estudar”. Mora com o filho mais novo (19 anos) que segundo ela, estudou só até a quinta série do Ensino Fundamental por falta de interesse.

Hortência: 70 anos, casada e aposentada como agricultora. Segundo ela “Eu nunca estudei na minha vida”. Participava de outro acampamento e está acampada no Margarida Alves desde a sua formação.

Constatou-se que as idades variam de 21 a 70 anos e apenas duas delas possuem o Ensino Médio completo. No que se refere ao estado civil¹⁵, seis se declararam casadas legalmente e/ou em situação de união estável, e as demais alegaram serem solteiras (Quadro 02).

Quadro 02: Perfil das entrevistadas

	ENTREVISTADAS ¹⁶	IDADE	ESCOLARIDADE ¹⁷	ESTADO CIVIL
01	JASMIM	21	Ensino Médio	União estável
02	VIOLETA	27	2º Ano	Solteira
03	ACÁCIA	31	3º Ano	Solteira
04	ROSA	39	6ª Série	União estável
05	TULIPA	44	Técnico Agrícola	Solteira
06	AMARÍLIS	44	2ª Série	União estável
07	GARDÊNIA	47	6ª Série	União estável
08	DÁLIA	57	1ª Série	União estável
09	ÍRIS	58	Mobral	Solteira
10	HORTÊNCIA	70	Nunca estudou	União estável

Fonte: Elaborado pela autora.

A maioria das famílias possui até três integrantes, e apenas duas delas possuem crianças em idade escolar, e em uma família há um adolescente de 14 anos que desistiu dos estudos por falta de interesse, contudo observa-se o

¹⁵ Para fins deste estudo não faremos distinção entre “casada” legalmente e “união estável”, por considerar que isto não afeta os resultados da pesquisa. Dessa forma optamos pela utilização do segundo termo para ambos os casos.

¹⁶ Para preservar as identidades, foram atribuídos nomes de flores às entrevistadas.

¹⁷ Nomenclatura anterior a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos.

reconhecimento da importância dos estudos, conforme fala da depoente ao comentar o caso do adolescente:

“Os jovens de hoje em dia não têm interesse em estudar. Depois faz falta.” (Íris)

Esse fato pode estar relacionado à dificuldade no acesso à escola, pois o acampamento está localizado em uma área muito distante do ponto de ônibus e o transporte escolar da prefeitura só vai até certo ponto do percurso, o qual, de acordo com relatos, algumas vezes não passa, e o quadro piora em dias de chuva o que pode desmotivar os/as estudantes. Como alternativa, as famílias com crianças mantêm outra moradia fora do acampamento ou mesmo recorrem a casas de familiares que fiquem mais próximas às escolas onde as crianças estudam, para que não faltem as aulas.

Esse cenário pode indicar deficiências nas políticas públicas educacionais para o campo e reflete a situação de uma considerável parcela dos/das agricultores/as no Brasil. Os dados do Censo Agropecuário de 2006¹⁸ revelaram que a maioria dos produtores entrevistados eram analfabetos ou sabiam ler e escrever, mas não tinham frequentado a escola (39%), ou não possuíam o ensino fundamental completo (43%), ou seja, mais de 80% dos produtores rurais apresentaram baixa escolaridade. Corroborando com esses dados, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2007 constatou que dos 9,6 milhões de analfabetos entre 15 e 60 anos de idade, 40% estão no campo. Entre as mulheres, a taxa de analfabetismo é de 45,7% e entre os homens é de 38,1%. A pesquisa mostra também que, independente da categoria do produtor, seja proprietário ou ocupante, as maiores taxas de analfabetismo concentram-se nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, com os maiores percentuais de analfabetos nas categorias dos ocupantes (IBGE, 2011).

No que se refere aos principais motivos para a não continuação dos estudos, as depoentes alegaram motivos diversos, tais como gravidez, casamento, dificuldades no acesso a transporte até a escola, dificuldades financeiras dos pais/mães, que geralmente tinham mais de um filho para manter na escola, ingresso precoce no mundo do trabalho, geralmente em “casa de família”, falta de interesse,

¹⁸ De acordo com o IBGE, esta foi a última edição do Censo Agropecuário, cujos dados preliminares foram divulgados em 2009.

falta de incentivo dos pais/mães, embora muitas afirmassem terem vontade de continuar os estudos.

*“Parei por conta da gravidez... aí fui morar com o rapaz, né?”
(Violeta)*

“Parei porque me casei logo, aí pronto! Mas por mim eu continuava com certeza.” (Gardênia)

“Parei porque fui trabalhar na cozinha dos outros. Criança, né, fui embora trabalhar aí... Quando eu era criança fui trabalhar; quando eu tinha oito anos de idade; aí naquela época era muito ... os patrões não deixavam sair... eu trabalhava como uma condenada.” (Amarílis)

As falas das entrevistadas revelam relações de gênero embutidas nos motivos pelos quais as mulheres não puderam continuar na escola até a conclusão do Ensino Médio. As atividades advindas do casamento e da maternidade, por exemplo, que recaem sobre a mulher, não deveriam privá-las do acesso à educação. Por outro viés, as famílias das camadas mais populares, diante da escassez de recursos e muitas vezes da privação de renda, são obrigadas a buscar alternativas para a situação, e a mão-de-obra infantil muitas vezes tem sido uma opção recorrente para ajudar no trabalho, seja ele em “casa de família”, no campo ou em outros espaços.

Com relação à renda familiar, as depoentes afirmaram que é composta principalmente pelo dinheiro das atividades remuneradas de seus companheiros, que nem sempre é de um emprego fixo e geralmente em atividades não agrícolas, e em alguns casos, proveniente do programa de transferência de renda do Governo Federal, o Bolsa Família, e apenas uma entrevistada tem como renda a aposentadoria como trabalhadora rural. Em complemento, conta-se com a renda proveniente da comercialização da produção, de atividades diversas e eventuais realizadas pelas mulheres, como costura, trabalhos manuais, como crochê, trabalho doméstico em outras residências, entre outras, como podemos observar no próximo depoimento:

“Meu marido trabalhava fora, assim, antes ele trabalhava no Recife, porque aqui só a produção da gente não dá, mas agora mesmo ele saiu e está recebendo seguro desemprego. Mas ele já arrumou outro serviço na “granja” pra gente se manter, porque só o daqui não dá.”

Até enquanto as parcelas da gente sair, depois que sair as terras da gente, isso aqui é seu.” (Gardênia)

Este relato salienta um ponto significativo para os/as agricultores/as acampados/as, que é a questão da posse da terra. No caso do acampamento em questão, embora cada um tenha uma parcela de terra para produzir, não houve ainda a divisão definitiva dos lotes para cada acampado/a, o que poderia aumentar a área de produção e, conseqüentemente, o rendimento monetário, visto que a renda unicamente proveniente da produção não é suficiente para suprir todas as necessidades básicas das famílias.

Nas conversas informais durante as visitas de campo ficou claro que essa é uma das principais inquietações dos/as acampados/as, que alegam o risco de investirem na produção em áreas maiores e perderem tudo, caso sofram alguma ação de despejo, e isso remete à própria história de ocupação do acampamento, que conta com vários momentos de conflito, despejos e anos de luta pela terra, sem que ainda se tenha garantida a posse.

A maioria das entrevistadas afirmou que são responsáveis pela administração da renda familiar, como mostra o depoimento a seguir:

“A renda é dele. Ele é quem solta mais, né? Assim... pra comprar alimento, é ele. Mas as decisões das coisas sou eu mesmo... eu e ele juntos. Quando ele quer, que eu não aceito, a gente entra num acordo. Já muda, entendeu?” (Rosa)

As mulheres afirmaram ainda que a renda é utilizada principalmente para a compra de alimentos, mas também para outros gêneros. Ao serem indagadas sobre o que consumiam com a renda da família, as mulheres relataram o seguinte:

“Tudo o que precisa.” (Acácia)

“Tudo, principalmente alimentos.” (Rosa)

“Calçado, roupa para os meninos, comida, se estiver faltando, prestação de móveis, geladeira.” (Gardênia)

Izaura Fischer (2010) verificou em sua pesquisa que a maioria das suas entrevistadas administrava o dinheiro no acampamento analisado por ela e ficavam responsáveis pela compra do alimento, da roupa, do calçado de toda a família, mas salienta que isso não significa total autonomia no processo de gastá-lo, pois muitas

vezes estão sob a supervisão dos maridos. Dessa forma, a problemática da utilização do dinheiro remete à reflexão da hegemonia masculina na relação de gênero e destaca que se a mulher perder a confiança (do homem), certamente o dinheiro sairá de sua administração.

Alguns elementos contemplados nas falas e observados durante a pesquisa evidenciam que a SAN está fortemente relacionada ao acesso à renda e a terra, o que se reflete no consumo alimentar das famílias. Acrescente-se a isto o papel fundamental das mulheres, principalmente no que se refere às atividades produtivas e reprodutivas, como analisaremos a seguir.

CAPÍTULO V

TRABALHO, GÊNERO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM OLHAR SOBRE AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E REPRODUTIVAS NO ACAMPAMENTO MARGARIDA ALVES EM MORENO-PE

O acampamento Margarida Alves em Moreno/PE é um espaço predominantemente de agricultores/as familiares, e, como parte dos objetivos da presente pesquisa, trataremos neste capítulo de alguns aspectos do trabalho realizado pelas acampadas e acampados, bem como as principais práticas alimentares, relacionando com as questões de gênero e os princípios da segurança alimentar e nutricional.

1. Atividades produtivas e reprodutivas: Um diálogo com a segurança alimentar e nutricional

As acampadas participam de todas as etapas da produção agrícola, do plantio à comercialização, além de cuidarem da área coletiva que foi destinada à Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra Margarida Alves. Embora não haja, a princípio, uma hierarquia e nem uma divisão específica por sexo no que se refere às atividades agrícolas, algumas tarefas que necessitam de maior força física são realizadas pelos homens. Em alguns casos de famílias chefiadas por mulheres, é comum recorrerem a parentes/ajudantes homens, embora, de forma geral, elas alegaram realizar todas as atividades.

“Eu faço o mais maneiro, o mais pesado é ele.” (Violeta)

“Ele é mais para fazer cova, leirão, plantar tipo assim... inhame, e eu não, eu sou mais assim pra plantar feijão; ele faz a cova e eu planto o feijão. Planto maniva... Enxada eu não sou muito boa não, mais ainda dou uma limpadinha nas roças... e o mais pesado é o dele, e eu sou mais para plantar.” (Gardênia)

“O trabalho é igual, pois cada um tem sua parte.” (Hortência)

É possível observar nessas falas que existe uma classificação, ou seja, o trabalho considerado “leve” e o considerado “pesado” se relacionam ao esforço

físico menor ou maior para a realização da tarefa, o que não significa que as demais tarefas não necessitem esforços para a sua execução.

Maria Paulilo (1987) destaca que o caráter “leve” e “pesado” da atividade é relativa e culturalmente determinado. Para a autora o “trabalho leve” não representa que o mesmo seja agradável e que dispense tempo e esforço, muito menos que não seja cansativo, podendo até causar danos à saúde, mas é considerado leve se pode ser realizado por mão-de-obra feminina e infantil, e acrescenta que essa classificação está associada a remunerações diferenciadas, sendo maior para o trabalho considerado “pesado” e, conseqüentemente, menor para o “leve”, ainda que ambos necessitem do mesmo número de horas para sua execução ou que o esforço físico requerido por um se contraponha a habilidade, paciência e rapidez demandadas pelo outro.

Laura De Biase (2007) acrescenta que é comum associar o trabalho leve à esfera feminina, bem como o trabalho pesado à esfera masculina, e que essa relação não está necessariamente relacionada com o peso ou o esforço exigido pelo trabalho. Entretanto, essa caracterização, além de não corresponder à realidade, desvaloriza a atividade feminina e, portanto, a função social da mulher.

Um ponto a se destacar é que na fala inicial dessas mulheres todas alegaram “trabalhar” no campo. Contudo, à medida que perguntas mais específicas eram realizadas, constatou-se que as mulheres mais jovens em união estável geralmente se dedicavam às tarefas domésticas pela manhã, pois precisavam deixar a refeição pronta para o companheiro (no caso, o almoço), e à tarde “ajudam” no campo. Já as solteiras, afirmavam “trabalhar” no campo a maior parte do tempo. Ainda assim, a maioria delas necessita administrar seu tempo para poder atender as demandas do trabalho doméstico e do trabalho no campo, e para isso muitas vezes realizam tarefas como a preparação de alimentos do dia seguinte, na noite anterior, quando retornam do campo. Ademais, além dessas atividades, participam de reuniões do MST, das tarefas coletivas do acampamento, como limpeza da área comum a todos, limpeza dos poços, entre outras, e aquelas relacionadas à associação, que incluem o artesanato e o cultivo na área coletiva.

“Quando eu vou para campo volto sempre antes, porque tenho que dar banho nas crianças, fazer a janta...” (Violeta)

Outra entrevistada tenta explicar como divide seu tempo entre as atividades do campo e da casa:

“Quando tem um tempinho a pessoa vai, aí vai no roçado, cava uma trincha de roça, limpa, aí pronto, e assim vai levando.” (Íris)

Situação semelhante encontrou Izauro Fischer (2010) em suas pesquisas no acampamento de Sem-Terra do Engenho do Prado, no município de Tracunháem, PE, onde constatou a prática da produção agrícola para autoconsumo, com participação da mulher do plantio até a comercialização. Essas tarefas são realizadas por homens e mulheres indistintamente e sem hierarquia entre elas, sendo bastante comum, inclusive, o caso de famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Para a referida autora, no cotidiano rural as mulheres se encontram nos dois pólos da cadeia alimentar: o da produção agrícola e do processamento desses produtos para alimento. Esse processo envolve tanto a roça como a casa, que a princípio representam os espaços público e privado, respectivamente. Apesar de serem esferas interdependentes, existe, implicitamente, uma relação de dominação/subordinação.

É válido ressaltar que, pelo que foi observado, quando as mulheres realizam as atividades no campo sozinhas, principalmente nos casos em que são solteiras, elas utilizam o termo “trabalho”, mas quando realizam as atividades juntamente com seus companheiros, utilizam o termo “ajuda”, ou seja, no sentido conotativo, é como se a presença masculina determinasse se as mesmas “trabalham” ou apenas “ajudam” no campo.

Sobre esta perspectiva, Laura De Biase (2007, p.21) afirma que:

O trabalho das mulheres realizado em espaços masculinos é normalmente considerado pelos homens como “ajuda”, e aqueles realizados nos espaços que caracterizam seu próprio gênero são considerados “cuidado”. Tanto a “ajuda” como o “cuidado” não são vias de reconhecimento social, como é o trabalho. Algumas mulheres “reconhecem” que *trabalhavam* na roça, enquanto seus maridos dizem que elas *ajudavam* na roça.

Além de realizarem atividades agrícolas, as mulheres também são responsáveis pelas tarefas domésticas, e na maioria dos casos não recebem ajuda

de seus companheiros e/ou de outros integrantes da família, conforme depoimentos ao serem questionadas sobre quem realiza as tarefas domésticas:

“Eu mesma.” (Dália)

“Eu é que realizo todas as tarefas. [...] Para o homem dividir as tarefas é sempre quando tem costume, porque tem que ensinar.” (Jasmim)

“Não tem outra pessoa pra fazer, tem que ser eu mesmo [...] Eu não gosto de ta mandando, cada um sabe o que faz né? Cansada ou não, tem que ser eu mesma.” (Íris)

Analisando o depoimento da entrevistada Jasmim, remetemo-nos ao aspecto cultural que pode estar implícito em sua fala, ou seja, os homens geralmente não são orientados a contribuir com as atividades domésticas, pois, a partir de uma construção social, estabeleceu-se que essas são atribuições das mulheres, além de considerarem que “perdem” tempo ao ensinarem as tarefas e, dessa forma, preferem realizá-las sozinhas.

Risoneide Cordeiro (2007) observou em suas pesquisas que as mulheres rurais conjugam de forma imbricada os serviços domésticos, os cuidados com a família e o trabalho agrícola. Na combinação complexa de diferentes modalidades de trabalho, é difícil identificar onde começa ou termina uma atividade, o que não acontece com os homens que se dedicam apenas ao trabalho agrícola. Assim, as mulheres se desdobram entre os roçados, os terreiros e a casa para conciliar as diferentes demandas do grupo familiar. Essa realidade das múltiplas tarefas assumidas pelas mulheres pode ser percebida no depoimento a seguir:

“Eu mesma. Tudo eu faço sozinha mesmo. Lavo, cozinho, arrumo, levo pra médico, tudo eu. [...] Eu tenho uma neta que mora comigo, tem doze anos, caso assim, se eu for levar um menino no médico aí ela fica em casa entendeu? Aí ela faz assim... um arroz entendesse? Assa uma galinha, lava um prato... Meu marido não, sai de manhã pro roçado e chega já na hora de almoçar. Saí na hora de almoçar chega na hora de jantar, entendeu? A não ser assim, pra buscar um balde de água já é ele, os meninos também, o menos que eu boto é água, porque é mais eles, o meu marido e os meninos. O negócio de água é mais eles [...] Os meninos ajudam assim, buscar água, jogar um lixo fora, ... limpar um quintal e jogar fora o lixo e buscar água. (Gardênia)

A mesma entrevistada (Gardênia) continua seu relato, evidenciando seu esforço para realizar todas as tarefas:

[...] Assim, de manhã eu fico em casa, pra fazer o almoço, porque eles vão para o colégio na hora do almoço, de meio dia né, aí de manhã eu fico em casa e faço o almoço, lavo prato, lavo roupa, o que tem que fazer, e quando for duas horas por diante é que eu vou para o roçado... a não ser assim, pra plantar o feijão eu vou logo cedo, planto e vou embora, entendeu? Vou logo cedo, porque a gente tem que plantar feijão logo, aí vai tudinho, eu, os meninos e ele, aí planta tudinho, aí eu volto pra casa pra cuidar do almoço e das coisas de casa... se for uma coisa assim urgente, um feijão, um coentro...aguar um coentro de manhã aí eu vou, "águo" e volto. Mas esse negócio pra ficar assim três a quatro horas no roçado só se for de meio dia para a tarde, porque tenho que cuidar de manhã das coisas porque de meio dia para a tarde eles vão para o colégio, tem que fazer almoço pra mandar eles para o colégio, só fica eu e meu esposo, aí a gente vai para o roçado. [...] Quando eu chego é que eu vou fazer o jantar (e o marido fica esperando). Vem eu e ele, tem vez que eu venho na frente ele vem atrás... aí vem eu e ele, aí ele vai buscar os bichos no mato, vai buscar água, enquanto isso eu fico botando a macaxeira ou inhame, fazendo um cuscuz. Tem vez que ainda fica prato que eu deixei da hora do almoço, pra quando eu chegar também vou ajeitar pra poder buscar os meninos no colégio, pra encontrar eles (porque o carro não chega até o acampamento). (Gardênia)

Ao analisarmos a fala da depoente Gardênia, observamos vários elementos que corroboram com que os autores já referenciados neste texto colocam, como: a mulher é a principal responsável pelas tarefas domésticas e quando recebem ajuda é de outro membro do sexo feminino, e, nesse caso, de uma menina em idade escolar, o que pode indicar a reprodução da situação outrora vivenciada por algumas dessas mulheres; a mulher também é responsável pelo cuidado com os membros da família; tarefas que exigem maior força física são desempenhadas pelos homens, e mais uma vez aqui revela-se a reprodução de um comportamento que remete a uma divisão sexual do trabalho; e a mulher se desdobra para desempenhar múltiplas funções, se dividindo entre o roçado, o cuidado com as crianças, as tarefas da casa, a alimentação da família, entre outras.

No caso do acampamento, observamos que são as mulheres que realizam as tarefas domésticas, como mencionado anteriormente, ao mesmo tempo em que também trabalham no campo. Dessa forma, além de se sobrecarregarem, precisam administrar o tempo de modo que possam dar conta das inúmeras atividades que ficam sob sua responsabilidade.

Para essa discussão sobre tempo reportamo-nos à compreensão de Maria Ávila (2002, p.37), ao afirmar que “tempo é o sistema padronizado de regulação dos períodos de duração de horas, dias e anos etc, que se constitui de fato como uma instituição social”. A autora faz uma reflexão sobre o uso do tempo pelas mulheres e as relações de poder que determinam esse uso, partindo do pressuposto de que a utilização desse tempo é definida pelos interesses da acumulação capitalista e do poder patriarcal, marcado pelas relações de classe e de gênero. O tempo dedicado ao cuidado com a reprodução da vida das pessoas não é considerado na distribuição do tempo dentro da relação produção x reprodução. Desse modo, o tempo que não é percebido como parte da organização social do tempo é expropriado da vida das mulheres como parte das atribuições femininas, determinadas pelas relações de gênero, ou seja, de poder.

No entendimento de Maria Ávila (2002), um trabalho considerado sem valor, como é o caso do trabalho doméstico, resulta em uma situação na qual o tempo empregado na sua realização não é medido e não é visível. A questão do tempo sempre esteve fora do controle das mulheres, e, por tradição, o tempo do trabalho doméstico se mostra elástico, sem limites, sem valor e como se fosse parte da existência delas.

Corroborando com essa perspectiva, Michelle Perrot (2007) salienta que o trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias e geralmente não é compartilhado entre homens e mulheres, constituindo-se em um trabalho invisível e elástico, que depende do corpo, sendo pouco qualificado e mecanizado, apesar das mudanças contemporâneas.

Segundo Carmem Silva e Ana Portella (2010), o cotidiano das mulheres rurais é marcado pelo trabalho permanente, contínuo e com grande diversidade de tarefas, que incluem a criação das condições de reprodução da família e, dessa forma, da reprodução da força de trabalho necessária às atividades produtivas. Esse trabalho que, por sua vez, é exaustivo, podendo também causar problemas de saúde, não é socialmente reconhecido como trabalho, mas como próprio de mulheres.

Nessa perspectiva, o trabalho produtivo das mulheres, portanto, não se insere no espaço público, mas apenas em torno de uma família, que geralmente tem um chefe, que é um homem. O acesso ao espaço público é dificultado por inúmeros fatores, como as condições de moradia, transporte e reduzido acesso e usufruto de direitos (SILVA e PORTELLA, 2010).

Para Carmem Silva e Ana Portella (2010, p.136):

A divisão do trabalho entre homens e mulheres é em primeiro lugar, a destinação do trabalho produtivo aos homens e atribuição do trabalho reprodutivo às mulheres, com “dispensa” do trabalho doméstico aos homens.

Essa dinâmica está inserida em um sistema de valor que difere o trabalho masculino do feminino, no qual a produção vale mais que a reprodução, e a produção masculina “vale” mais que a produção feminina, mesmo quando idênticas, induzindo-se, assim, o valor a uma hierarquia social.

Os depoimentos transcritos a seguir revelam a compreensão das entrevistadas sobre o termo trabalho:

“Ter trabalho digno, trabalhar para nós mesmos, ter dignidade... Chegar aquele dia com dinheiro no bolso é sempre bom.” (Jasmim)

“O trabalho é importante se não trabalha não tem como ter dinheiro...” “Não sei muito como definir.” (Violeta)

“O trabalho é tudo, se não tiver não tem nada. O doméstico também é trabalho.” (Rosa)

“O trabalho é luta e a mulher luta mais que o homem. Veja só, a mulher lava roupa, lava prato e a maioria dos homens não fazem...e ainda trabalha no roçado.” (Amarílis)

“Trabalho é muita coisa pra gente fazer. Trabalho é bom porque se não trabalha não tem nada.” (Íris)

“Trabalho pra mim é a mesma coisa que conquista. A partir do momento que estou trabalhando eu sei que vou ter algo na frente. É uma realização, uma realização de uma tarefa cumprida.” (Tulipa)

Pelo que se observa nas falas, o termo trabalho para essas mulheres está relacionado com dignidade e com retorno financeiro, embora apresentem uma certa dificuldade em definir o conceito. As mulheres também reconhecem as atividades domésticas como trabalho.

A fala da entrevistada Amarílis aponta para o cotidiano comum dessas mulheres, que é a dupla jornada de trabalho, na qual se dividem entre o trabalho doméstico e o trabalho no roçado, sendo o primeiro, geralmente, a cargo somente das mulheres.

Os próximos relatos demonstram o entendimento das mulheres sobre trabalho doméstico:

“É tudo, se trabalha em casa ou se trabalha fora, é também.” [...] É o que eu falei pra você... é tudo trabalho doméstico. Se trabalha fora, é doméstico, se trabalha em casa, é doméstico também, porque estou fazendo a mesma coisa. Quer dizer que pra mim o doméstico é tudo. É quando eu consigo um trabalho e ganho meu dinheiro”. (Rosa)

“Lavar prato, varrer casa, fazer comida, tomar conta dos bebês...” (Amarílis)

“Lavar, cozinhar, arrumar, levar meninos para o médico... Coisas do dia a dia.” (Gardênia)

“É tudo.” (Íris)

“Em casa, trabalhar, lavar roupa, tomar conta da casa, cuidar em filho, fazer almoço.” (Dália)

“É a gente tomar conta de casa, lavar...” (Hortêncina)

“É trabalho também. É uma tarefa né? Uma tarefa árdua, porque de qualquer forma você tem que fazer, não tem como você não fazer, de todo jeito você tem que fazer a mesma coisa, varrer casa, fazer almoço, lavar roupa e tal.” (Tulipa)

A fala da entrevistada Rosa revela que, de certo ponto, existe um entendimento sobre a importância do trabalho realizado em casa, que também tem seu valor, tanto quanto o trabalho doméstico remunerado realizado fora de casa.

Na sequência, os depoimentos retratarão as principais diferenças entre o trabalho doméstico e o trabalho no campo, na concepção das entrevistadas:

“O doméstico arruma, cuida, prepara comida... O campo é mais pesado, mas o doméstico se torna mais pesado pela responsabilidade.” (Jasmim)

“O campo é mais pesado, apesar de que o doméstico é pesado também e são muitas coisas. [...] No campo, é só ali. Se for limpar roça, é só limpar roça. Se for cavar, é só cavando. Se for plantar, é só plantando.” (Rosa)

“É muito diferente. No campo o trabalho é mais pesado no sol, o doméstico é mais leve, na sombra, em casa.” (Gardênia)

“Ah, tem muita diferença do campo pra casa, né? No campo é aquele serviço só, em casa é muito, né?” (Dália)

“É melhor no campo, em casa é mais puxado.” (Hortênciã)

“Porque é assim, o trabalho doméstico tem que ser feito todos os dias e o trabalho no campo, é no caso, você planta um alface ou macaxeira e não é obrigado você tá lá todos os dias. Tem plantação que é obrigado você tá lá todos os dias, já os que eu planto não requer que você esteja lá direto. Já o doméstico não, é diário.” (Tulipa)

Os depoimentos sugerem que, no entendimento das mulheres, o trabalho doméstico é tão exaustivo quanto o do campo. Ao falarem que o trabalho no campo “é pesado”, logo remetem às dificuldades do trabalho doméstico. Diante disso, as acampadas acabam por confirmar o cenário apresentado pelos autores referenciados em nosso estudo.

Com relação às principais dificuldades no âmbito da produção, as respostas foram variadas: falta de água encanada, fatores climáticos e custos com a manutenção da produção foram os mais citados. No entanto foi relatado por uma entrevistada a atividade remunerada do companheiro fora do acampamento, que, no caso, sendo ele o principal responsável pela atividade agrícola, não tem como dedicar mais tempo ao campo. Em outro depoimento foram mencionados problemas de saúde como fator limitante para a realização do trabalho no campo. Seguem algumas falas:

“Falta de água encanada.” (Jasmim)

“A dificuldade do próprio trabalho.” (Acácia)

“O tempo seco.” (Amarílis)

“A questão da água e da falta de bomba (para a sucção da água).” (Gardênia)

“O sol muito quente.” (Íris)

“Falta de dinheiro para investir e ajuda no trabalho.” (Dália)

“O mato muito grosso.” (Hortênciã)

Esses posicionamentos evidenciam parte dos entraves vivenciados cotidianamente pelos acampados e acampadas. Podemos observar certa relação no conjunto nos fatores citados pelas entrevistadas. A falta de água encanada e de dinheiro para investir na produção, por exemplo, representam limitações que podem

refletir na produção agrícola das famílias, e nos reportando a fala da Acácia, torna o trabalho, que já é difícil, ainda mais árduo, ademais a água também é utilizada para outras atividades como já mencionado anteriormente.

2. Práticas alimentares no acampamento Margarida Alves na perspectiva da segurança alimentar e nutricional

A garantia do direito a uma alimentação adequada em quantidade e regularidade tem sido um desafio para as famílias menos favorecidas economicamente, não apenas por questões relacionadas ao acesso, ao trabalho e à renda, mas também por falta de educação para o consumo, fatores esses intrinsecamente relacionados à segurança alimentar e nutricional.

De acordo com Renato Maluf (2009), a alimentação é uma necessidade vital para os indivíduos e sua falta pode ocasionar sérios problemas à saúde, bem como, em casos mais extremos, a morte. O consumo inadequado de alimentos pode comprometer a saúde e a qualidade de vida de um contexto familiar.

Segundo Clio Presvelou (1996), existem dois tipos de insegurança alimentar: a crônica e a transitória. A primeira se refere à deficiência permanente por inabilidade para produzir ou adquirir alimentos; já a insegurança transitória indica a dificuldade temporária da família rural de ter acesso aos alimentos, podendo acarretar a instabilidade dos preços dos alimentos, a falta de produção e/ou a insuficiência da renda familiar. O autor ressalta que, nos casos mais extremos, a insegurança alimentar transitória pode produzir fome.

Ainda de acordo com o autor, a segurança alimentar não significa necessariamente uma situação de estabilidade permanente, já que é um processo dinâmico que engloba todas as fases do ciclo alimentar, desde a produção, colheita, armazenamento, até a preparação dos alimentos para as refeições diárias e a transformação dos produtos agrícolas para o mercado. Nesse sentido, o ato de produção e/ou distribuição de alimentos envolve riscos para o pequeno produtor/a e para as camadas populares da sociedade.

Com relação a esse aspecto, os depoimentos revelaram que a alimentação básica é a preocupação primordial das famílias acampadas. O diagnóstico dos hábitos alimentares, a partir dos principais alimentos consumidos nas principais refeições (café da manhã, almoço e jantar), mostrou que constam na alimentação

das famílias alimentos de pouco valor nutricional, como mortadela, salsicha, achocolatado, refrigerante. Entretanto, alimentos como inhame, macaxeira, batata doce, feijão, verduras variadas, carne, frango, peixe são recorrentes na dieta alimentar das entrevistadas, mesmo porque alguns desses alimentos são produzidos pelas próprias famílias e/ou estão inseridos na cesta básica que recebem mensalmente do governo.

Quadro 03 – Principais alimentos consumidos nas três principais refeições

REFEIÇÃO	PRINCIPAIS ALIMENTOS
Café da Manhã	Cuscuz, pão, bolacha, achocolatado, batata doce, macaxeira, leite, café, salsicha, mortadela, queijo, ovo, charque.
Almoço	Feijão, macarrão, bife, salada crua, arroz, ovo, peixe, macarrão, salada cozida, farinha de mandioca, frango, charque, arroz, mortadela, refrigerante, suco.
Jantar	Geralmente o mesmo do café da manhã; sopa, macaxeira, inhame, batata, manteiga, charque, galinha guisada.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os alimentos como feijão, arroz, carne, leite, açúcar, café foram citados como indispensáveis na alimentação da família. Cumpre salientar que alguns alimentos estão condicionados à renda, como as verduras e a carne de boi, frango ou peixe.

“Frutas, quando tem, né. Quando o dinheiro dá pra comprar, eu compro.” (Rosa)

De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA (2010), um fator determinante do quadro de insegurança alimentar que ainda persiste no Brasil é a dificuldade no acesso regular e permanente a alimentos, e o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional, principalmente em relação às carências agudas exige o aumento da disponibilidade de renda das populações mais carentes, o que está diretamente relacionado com as políticas de redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Foram identificadas também algumas mudanças nos hábitos alimentares de algumas famílias, seja no maior consumo de alimentos industrializados, principalmente refrigerantes, ou o oposto, a preferência por alimentos mais saudáveis, como, por exemplo, produtos orgânicos, ressaltando-se que nesse aspecto a renda também pode influenciar no momento da escolha dos gêneros alimentícios:

“Refrigerante eu bebia muito, mas parei porque dizem que faz mal. Também não comia frutas.” (Dália)

“Sim, agora prefiro alimentos orgânicos [...]. Passei a consumir verduras.” (Tulipa)

“Passei a consumir Coca-Cola por conta do trabalho dele (marido).” (Jasmim)

“Antes consumia mais frutas, mas reduzi o consumo por conta da renda.” (Violeta)

Segundo o CONSEA (2010), o comportamento alimentar das famílias pode ser influenciado tanto por escolhas pessoais como por aspectos culturais, sociais e comportamentais, contudo é fortemente relacionado a fenômenos sociais como a pobreza e a exclusão social, além da qualidade e do acesso a informação. O CONSEA afirma ainda ser fundamental que as políticas de SAN vinculem a discussão do acesso ao alimento com a adequação da alimentação, envolvendo todo o sistema alimentar, da produção a compra, facilitando e incentivando escolhas alimentares saudáveis.

Michelle Maciel (2012) destaca a importância de viabilizar a educação para o consumo de forma acessível a todos os cidadãos e cidadãs, e aponta como um dos caminhos a valorização da produção local de alimentos e que pode influenciar também na efetivação da segurança alimentar e nutricional.

Cabe destacar que no acampamento a opção por alimentos orgânicos pode estar relacionada ao fato de a produção ser livre de agrotóxicos.

O depoimento seguinte revela outro elemento para reflexão também relacionado com a alimentação, vejamos:

“Antigamente, quando eu morava com o pai dos meninos, não tinha direito de comer uma carne guisada nem nada, só comia o que a

mãe dele dava, porque ele não comprava, e hoje em dia, Graças a Deus, mesmo só, assim mesmo eu tenho.” (Dália)

Podemos ressaltar com relação a essa fala é que os alimentos também denotam relações de poder. Joseana Wedig e Renata Menasche (2013) observaram em seus estudos como a carne, principalmente a bovina, ocupa papel importante, principalmente entre as famílias rurais, porque é o alimento mais valorizado, e também o de maior valor monetário, considerado o alimento mais forte, assim associado ao pai de família, também considerado o membro forte na hierarquia familiar. Como podemos observar, situação semelhante aconteceu com a entrevistada Dália que conforme sua fala, na época em que morava com o ex companheiro não tinha o “direito” de comer “carne” que geralmente é o alimento mais caro, atualmente, na condição de acampada e assumindo a chefia da família pode incluir em sua dieta alimentar esse tipo de alimento.

Na maioria dos casos a mulher é quem escolhe e quem decide sobre os alimentos a serem comprados e em quase todos os casos é também a responsável pela preparação do alimento, com exceção de um caso, em que o marido é o responsável pela preparação das refeições. Os depoimentos transcritos a seguir ilustram um pouco os motivos pelos quais são elas que detêm o poder decisório nesses casos.

“[...] ele não sabe escolher muito, não lê os rótulos.” (Jasmim)

“Eu que preparo, eu que sei.” (Amarílis)

Na agricultura, as mulheres são responsáveis por boa parte dos alimentos consumidos na família, pois geralmente cuidam das hortas, cultivam plantas medicinais e criam pequenos animais. Seus conhecimentos quanto à manipulação, transformação, conservação e aproveitamento dos alimentos, cuidados com a saúde dos membros da família, são dados como algo natural, e não como uma capacidade que merece ser reconhecida. É importante ressaltar que uma das especificidades do trabalho feminino desenvolvido na agricultura familiar é que, além dos roçados, a casa e os terreiros funcionam para as mulheres como espaços de suas atividades produtivas, e através de seus conhecimentos realizam o processamento dos alimentos, para a produção de queijos, doces, entre outros, e a manufatura de diversos produtos, que muitas vezes são comercializados para complementar a

renda familiar, ou servem para consumo da própria família, que, dessa forma, economiza, por deixar de comprar esses produtos (MIRANDA e SILLIPRANDI, 2010; CORDEIRO, 2007).

De modo geral, os fatores observados relacionadas à questão alimentar indicam que a renda tem papel fundamental na dieta das famílias e que, mesmo havendo opção por alimentos saudáveis em alguns casos, os produtos industrializados estão presentes na alimentação das famílias, distanciando-se da lógica da SAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise dos dados sintetizamos alguns elementos referentes aos objetivos da presente pesquisa:

a) Unidade produtiva familiar no Acampamento Margarida Alves.

A pesquisa apontou que a produção agrícola do acampamento é bem diversificada e destinada basicamente para o autoconsumo com comercialização do excedente, embora a maioria das famílias não possuam autonomia alimentar e não consigam a satisfação das necessidades básicas, principalmente alimentares, por meio da produção de alimentos, necessitando recorrer a atividades remuneradas fora do acampamento.

A produção com princípios agroecológicos, apresenta-se como uma estratégia positiva que contribui para a formação de hábitos mais saudáveis a partir da valorização da produção que pode refletir na Segurança Alimentar e Nutricional dos/as acampados/as.

Foi verificado que, por conta de questões relacionadas com a posse da terra, as famílias ainda encontram-se em situação de vulnerabilidade e utilizam uma área reduzida para produzir, haja vista que poderiam utilizar uma área bem maior caso já estivesse garantida a posse da terra.

O acesso à terra pode refletir na Segurança Alimentar e Nutricional dos/as acampados/as pela possibilidade de aumento da produção, tanto para autoconsumo como para comercialização, refletindo por conseguinte na renda da família.

b) Perfil socioeconômico das entrevistadas.

As mulheres pesquisadas em sua maioria apresentam baixa escolaridade e este quadro geralmente se estende a outros membros da família, a exemplo do filho de uma das entrevistadas, que, em idade escolar, encontrava-se fora da escola.

As principais fontes de renda provêm da remuneração das atividades (geralmente informais) dos companheiros, do Programa Bolsa Família, e, em complemento, conta-se com a renda proveniente da comercialização da produção, de atividades diversas e eventuais realizadas pelas mulheres.

A renda foi percebida como um fator limitante no que se refere a melhores condições de vida e principalmente de alimentação das famílias acampadas, ou seja, quanto maior a renda, melhor a alimentação, revelando a relação entre renda e SAN.

c) Participação da mulher/agricultora no espaço de produção.

As mulheres participam de diversas etapas do trabalho no campo e se desdobram para também realizar as outras tarefas que recaem sobre sua responsabilidade, como os afazeres domésticos, porém, neste último caso, realizam as atividades sem a colaboração dos homens, o que aponta para a reprodução das relações desiguais entre os gêneros e situações de exploração.

A pesquisa revelou que, direta ou indiretamente, as mulheres têm entendimento da importância do trabalho desenvolvido por elas, seja no campo ou no espaço doméstico, embora no contexto geral não sejam reconhecidas como produtoras.

d) Práticas e hábitos alimentares da família.

Foi possível observar que, até certo ponto, algumas famílias demonstraram preocupação com a questão dos alimentos consumidos, procurando balancear a dieta e optar por alimentos saudáveis, seja por motivos de restrição alimentar, por alguma doença ou simplesmente por opção.

A opção por alimentos mais saudáveis, atrelada à busca por alternativas para aquisição de renda, representa um aspecto positivo no que se refere à segurança Alimentar e Nutricional, de modo que possibilita a inclusão de outros alimentos à dieta alimentar, a manutenção dos alimentos mais saudáveis e a regularidade de alimentos, o que pode contribuir com uma vida mais digna para os/as acampados/as.

As mulheres são as principais responsáveis pela administração da renda familiar, sendo boa parte dessa destinada à compra de alimentos, e são as responsáveis pela preparação das refeições, corroborando com as reflexões teóricas abordadas na pesquisa, refletindo relações de gênero.

Outros aspectos revelados durante a pesquisa:

A presença de uma liderança feminina no acampamento, que demonstrou ser bastante atuante e comprometida com a Associação Margarida Alves e com as questões do acampamento e do MST, pode representar um avanço no protagonismo das mulheres acampadas.

É importante destacar também o papel político dessas mulheres, que uma vez vinculadas a um movimento social reconhecido principalmente por sua luta pela terra, estão diretamente lutando por uma dimensão essencial para a garantia da segurança alimentar e nutricional dessas famílias acampadas: a terra para produzirem.

Com relação a iniciativa da Associação Margarida Alves, além de positiva, mesmo com suas fragilidades, parece se configurar como uma reação a situação instável em que se encontram, e representa também um potencial que melhor desenvolvido pode convergir com os princípios da SAN.

Pode-se constatar a dificuldade em que vivem os/as acampados/as no que se refere à mobilidade por conta da localização do acampamento e inexistência de um transporte regular para as famílias, representando esse fator problemas no escoamento da produção e no acesso a escola e serviços de saúde, por exemplo, além da falta de água encanada e as insatisfatórias condições de moradia dos acampados que também refletem na segurança alimentar e, por outro lado, demonstram a deficiência de políticas públicas para a população do campo.

Por fim, a partir das considerações até então expostas, observamos que, embora não se reconheça a importância do trabalho das mulheres no âmbito privado, principalmente ao que se refere aos cuidados com a alimentação do grupo familiar, é evidente a contribuição para a segurança alimentar e nutricional das famílias acampadas, visto que são elas as principais responsáveis por esta atividade, no entanto essa contribuição vai além dos afazeres domésticos e do cuidado com os alimentos consumidos, perpassa pelo plano social, econômico e simbólico, visto que, além de estarem muitas vezes envolvidas em todas as etapas da produção, geralmente não são reconhecidas enquanto produtoras, porque seu trabalho é concebido apenas como “ajuda” tendo em vista a centralidade da figura masculina, nesse sentido o desafio está em valorizar e dar visibilidade ao trabalho produtivo e reprodutivo dessas mulheres

A presente pesquisa não esgotou o universo de desdobramentos na relação trabalho das mulheres e segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas no acampamento Margarida Alves em Moreno – PE, mas traz elementos para uma melhor compreensão das relações de gênero e suas dinâmicas em espaços como um acampamento do MST, além de evidenciar a importância social e produtiva das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALVES, Adilson Francelino. Conhecimentos convencionais e sustentáveis: uma visão de redes interconectadas. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ÁVILA, Maria Betânia. O tempo e o trabalho das mulheres. In: COSTA, Ana Alice et al (Orgs.). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, 2002.

AZEVEDO, Eulália Lima. **Gênero: trocando em miúdos**. In: VANIN, Iole Macedo; GONÇALVES, Terezinha (Orgs.). **Cadernos de textos e trabalho**. Salvador: REDOR, 2006.

BDE – **BASE DE DADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/conteudo_site2.aspx>. Acesso em: 25 jan. de 2013.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saude e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, June 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-129020030001000004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Dez. 2013.

BELO, Miryam Terezinha Silva; MOLINA, Mônica Castagna. O Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional para acampados e assentados nos estados da Bahia e Sergipe: um estudo de caso. In: THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart; VIANA, João Nildo. **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: garamond, 2009.

BELTÃO, Breno Augusto; MASCARENHAS, João de Castro; MIRANDA, Jorge Luiz Fortunato de; JUNIOR, Luiz Carlos de Souza; GALVÃO, Manuel Julio da Trindade G.; PEREIRA, Simeones Neri (Orgs.). **Diagnóstico do Município de Moreno**. In: Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado de Pernambuco. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br>>. Acesso em: 04 de fev. 2013.

BERNART, Isaac Giribet. Os Acampamentos e Assentamentos do MST como Expressão do Conflito Capital X Trabalho. Luta Pela Terra e Identidade Campesina na Área de Influência da Brigada Salvador Allende, Região Noroeste do Estado do Paraná. **Revista Pegada**. Revista Pegada, vol. 10 n.2, dezembro/2009.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso: em 30 de Jul de 2012.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural.** Santa Maria: Ed da UFSM, 1996.

BURITY, Valéria. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

BUTTO, Andrea. Políticas para mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: **Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.** Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BUTTO, Andréa; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L; BUTTO, Andréa. (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil.** Brasília : MDA, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

CARMO, Maristela Simões do. **Agroecologia: Novos caminhos para a agricultura familiar.** Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária, p. 28-40, Dez./2008.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro – pão ou aço.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CHARNOUX, Ofélia Maria Guazzelli. **Metodologia: processo de produção, registro e relato de conhecimento.** 3ªed. São Paulo: DVS Editora, 2006.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito à Alimentação Adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais.** Brasília: CONSEA, 2010.

CORDEIRO, Risoneide L.M. **Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2007, Recife. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_187.pdf>. Acesso em: 14 de fev. de 2013.

COSTA, Renata Gomes; SILVEIRA, Clara Maria Holanda; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina.** 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/56/196>> Acesso em: 18 Set. 2013.

DE BIASE, Laura. **A condição feminina na agricultura e a viabilidade da agroecologia**. AGRÁRIA, São Paulo, nº 7, p. 4-36, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/128>>. Acesso em: 19 set. 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. **Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades**. In: XIII Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, 2007. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_vvie&gid=148&Itemid=171>. Acesso em: 03 mar. 2014.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. O MST mudando a questão agrária. In: D'INCAO, Maria Angela. **O Brasil não é mais aquele...: mudanças sociais após a redemocratização**. São Paulo: Cortez, 2001.

FISCHER, Izaura. Relações de gênero na agricultura no acampamento de Sem Terra do Engenho Prado. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas**. Recife: Ed. Universitária da UPE, 2010.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. **Produção para autoconsumo e segurança alimentar: uma abordagem com base na agricultura familiar**. 2005. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, 2007. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_vvie&gid=148&Itemid=171>. Acesso em: 03 mar. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2011.

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 198-216, Jul/Dez. 2009.

HIRAI, Wanda Griep; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil**. Revista Virtual Textos e Contextos. Nº 8, ano VI, dez. 2007.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. **Do acampamento ao assentamento: avanços e recuos da participação feminina na luta pela terra**. SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_dodownload&gid=94&Itemid=171>. Acesso em: 05 de mar. 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do espaço rural brasileiro**/IBGE, Diretoria de Geociências. – Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; et al. (orgs.). **Dicionário crítico feminino**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LAMARCHE, Hugues. (Coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LANG, Regina Maria Ferreira; ALMEIDA, Cláudia Choma Bettega; TADDEI, José Augusto de Aguiar Carrazedo. Segurança alimentar e nutricional de crianças menores de dois anos de famílias de trabalhadores rurais Sem Terra. **Ciência & saúde coletiva**. 2011, vol.16, n.7. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-1232011000800011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 de fev. 2013.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 2005. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 03 de mar. 2014.

MACIEL, Michelle Cristina Rufino. **Economia solidária, extensão rural, desenvolvimento local e segurança alimentar e nutricional – algumas relações: um estudo de caso junto a Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Férrer-PE**. 2012. 159f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

MAFORT, Kelli. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento**. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15654>>. Acesso em: 03 de mar. 2014.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MANIGLIA, Elisabete. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MASCENA, Raimunda Celestina. O atual modelo de desenvolvimento e o impacto na vida das mulheres trabalhadoras rurais. In: COSTA, Ana Alice et al (Orgs.). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, 2002.

MELO, Lígia Albuquerque. **Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar**. 2002. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Texto_Albuquerque.pdf>. Acesso em: 03 de dez. de 2013.

MELO, Lígia Albuquerque. Relações de Gênero na Convivência com o Semiárido Brasileiro: Água para o consumo doméstico. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas**. Recife: Ed. Universitária da UPE, 2010.

MENEZES, Francisco. Temos uma Política de Segurança Alimentar? In: ROCHA, Marlene. **Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MIRANDA, Regina; SILLIPRRAND, Emma. **A contribuição das mulheres para a segurança alimentar e nutricional**, 2010. Disponível em: <www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_ARTIGO=78>. Acesso em: 29 de Nov. 2012.

MOISES, Hélvio. **Segurança alimentar: a contribuição das entidades empresariais**. São Paulo: Instituto Ethos e Associação Apoio Fome Zero, 2003.

ORTEGA, Antonio César; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas Vian; COUTO, Ebenézer Pereira Couto; ALMEIDA FILHO, Niemeyer; BELIK, Walter. Segurança Alimentar: evolução conceitual e ação das políticas públicas na América Latina. In: ORTEGA, Antonio César (Org.). **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas: Alínea, 2007.

PACHECO, Maria Emília Lisboa Pacheco. **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero . Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. **Mulher Rural: eminência oculta**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

PATRIARCHA, Taynara Fitz; PASTOR, Márcia. **Gênero e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. In: Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 2011. Disponível em: <www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Tayanara%20e%20cia.pdf>. Acesso em: 13 de fev. 2014.

PAULILO, Maria Ignez S. **O peso do trabalho leve**. In: Ciência Hoje, vol. 5, n. 28, 1987. Disponível em: <<http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 12 de Nov. 2013.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTELLA, Ana Paula. Novas e velhas questões sobre o corpo, sexualidade e reprodução. In: ÁVILA, Maria Betânia. **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS CORPO, 2001.

PRESVELOU, Clio. Família, auto-suficiência alimentar e desenvolvimento. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed da UFSM, 1996.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Gradiva, 2005.

ROSA, Rosaura Wieser. **Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa Fome Zero**. 2004. 131 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Rio Grande do Sul, 2004.

SANTOS, Graciete; BUARQUE, Cristina. **O que é gênero**. In: VANIN, Iole Macedo; GONÇALVES, Terezinha (Orgs.). Cadernos de textos e trabalho. Salvador: REDOR, 2006.

SARAIVA, Fátima Elizabeth Brasil. Produção orgânica de alimentos: diagnóstico e perspectivas do arranjo produtivo no município de Pedro Leopoldo (MG). In: THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart; VIANA, João Nildo (Orgs.). **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILIPRANDI, EMMA. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento Iberoamericano**. v.9, 2011.

SILVA, Carmem; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas**. Recife: Ed. Universitária da UPE, 2010.

SILVA, José Graziano; TAKAGI, Maya. Fome Zero, Política Pública e Cidadania. In: RAMOS, Pedro (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007.

SILVA, Maria Zênia Tavares; DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. **Mulher, Política Pública de Segurança Alimentar e Relações de Gênero: Proposta para um debate**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/S/Silva-Duque_Arrazola_37.pdf>. Acesso em: 23 de jan. de 2014.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Xamã, 2001.

TURATTI, Maria Manzoli. **Acampamentos do MST: uma discussão crítica sobre sociabilidade e poder.** XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro de 1999. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4981&Itemid=358>. Acesso em: 07 de jun. de 2013.

VALENTE, Flávio; BURITY, Valéria; FRANCESCHINI, Thaís; CARVALHO, Maria de Fátima. **Evolução Histórica do Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional em Âmbito Internacional e o Brasil.** In: Curso de Formação em Direito Humano a Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. ABRANDH, 2007.

VALENTE, Flávio. **Direito humano à alimentação: Desafios e conquistas.** São Paulo: Cortez, 2002.

WEDIG, Joseana; MENASCHE, Renata. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói: Alternativa, 2013.

WOORTMANN, Ellen F. MENACHE, Renata. HEREDIA, Beatriz (Orgs.) **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e de gênero.** NEAD Especial/ – Brasília: MDA, IICA, 2006.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevistas:

BLOCO I - IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome fictício: (para uso da pesquisadora)
2. Idade:
3. Escolaridade: (por quê?)
4. Estado civil:

BLOCO II - PERFIL DA FAMÍLIA:

5. Quantos membros possui a família?
6. Existe alguém na família em idade escolar?
7. Existem filhos casados/em união estável residindo na propriedade?
8. Quem é o “chefe” da família?
9. Como e quando iniciou a participação da família no Acampamento Margarida Alves?

BLOCO III - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA

10. Qual área da propriedade e os produtos cultivados?
11. Há algum sistema de controle de qualidade da produção?
12. Existe algum apoio técnico? Quem realiza?
13. Alguma parte da produção é comercializada?
14. Como é realizada a divisão monetária da produção?
15. Quais as dificuldades enfrentadas como produtor/a?
16. Quais as atividades realizadas pelos homens e mulheres no campo?

BLOCO IV - TRABALHO, TRABALHO DOMÉSTICO E RENDA

17. O que é trabalho para você?
18. O que é trabalho doméstico?
19. Qual a diferença entre o trabalho do campo e trabalho doméstico?
20. Quem realiza as tarefas domésticas?
21. Você está satisfeito com a divisão do trabalho doméstico em sua casa?
22. Como é composta a renda da sua família (Bolsa Família)?
23. Quem administra a renda familiar?
24. O que você costuma consumir com a renda proveniente da sua produção?
25. Algum integrante da família participa/participou de algum curso de qualificação?

BLOCO IV - ALIMENTAÇÃO E CONSUMO

26. Quais os principais alimentos consumidos pela família?

Café da manhã:

Almoço:

Jantar:

27. Quais destes são produzidos pela família?
28. Onde e com que frequência são comprados os outros alimentos?
29. Existem alimentos que são produzidos pela família, mas não são consumidos pela mesma?
30. Quem escolhe os alimentos a serem comprados?
31. Quem decide o que comprar?
32. Mudou alguma coisa nos hábitos alimentares da família, passando a consumir algo que não consumia nos últimos anos? Por quê?

33. Quais os tipos de alimentos que não podem faltar nas refeições de sua família?
34. Quem é responsável pela preparação dos alimentos?
35. De onde vem a água utilizada para a preparação dos alimentos?
36. Existe algum cuidado com o tratamento dessa água?